



**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO**

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO  
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Relatório de Gestão do exercício de 2014

São Paulo/SP, 2015

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO – CRA-SP  
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA**

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do Conselho Federal de Administração Of. Circular 33/2015/CFA/AUD, 12 de fevereiro de 2015.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – **Conselho Regional de Administração de São Paulo – CRA-SP.**

São Paulo/SP, 2015

## Sumário

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO.....	0
Lista de abreviaturas .....	3
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE:.....	5
1.1 Identificação da Entidade: .....	5
1.2 Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadoras e Agregadas:.....	5
1.3 Finalidade e competências institucionais das entidades Jurisdicionadas: .....	5
1.4 Apresentação do organograma funcional com a descrição sucinta das competências e atribuições das áreas: .....	6
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	13
2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade:.....	13
2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício: .....	15
Tendo por base os Objetivos Estratégicos, foram estabelecidas as seguintes ações:.....	15
2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício: .....	16
2.4 Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão: .....	26
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	29
3.1 Estrutura de governança da entidade:.....	29
3.2 Demonstração da atuação da unidade de Auditoria Interna: .....	30
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correção:.....	30
3.4 Relação dos principais Dirigentes e Membros do Conselho Regional de Administração de São Paulo:.....	31
3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e de conselhos: .....	32
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	32
4.1 Demonstração da Receita: .....	32
4.2 Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira: .....	34
4.3 Informações sobre as transferências de recursos realizadas no exercício de referência: .....	36
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	36
5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade:.....	36
5.2 Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.....	38
6. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	39

6.2 Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento.....	39
7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	39
7.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público .....	39
7.2 Demonstrações Contábeis: .....	39
7.3 Relatório de Auditoria Independente.....	47
8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	48
8.1 Medidas adotadas pela entidade com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABT aplicáveis .....	50

### Lista de abreviaturas

<b>Sigla/abreviação</b>	<b>Significado</b>
<b>%</b>	Porcentagem
<b>§</b>	Parágrafo
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ADM</b>	Administrador
<b>AMORT</b>	Amortização
<b>ART</b>	Artigo
<b>ATUAL</b>	Atualização
<b>BR</b>	Brasil
<b>C/</b>	Com
<b>C/</b>	Conta
<b>C/C</b>	Conta Corrente
<b>CECON</b>	Centro do Conhecimento
<b>CEP</b>	Código de Endereçamento Postal
<b>CFA</b>	Conselho Federal de Administração
<b>CIRC</b>	Circular
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>COF</b>	Coordenação de Orçamento e Finanças
<b>CRA</b>	Conselho Regional de Administração
<b>CRAs</b>	Conselhos Regionais de Administração
<b>CRA-SP</b>	Conselho Regional de Administração de São Paulo
<b>CV's</b>	Curriculum Vitae (currículo) – plural
<b>DA</b>	Dívida Ativa
<b>DESLOC</b>	Deslocamento
<b>DESP</b>	Despesa
<b>DEZ</b>	Dezembro
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>EMOL</b>	Emolumentos

<b>ENANGRAD</b>	Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
<b>ENCOAD</b>	Encontro do Conhecimento em Administração
<b>EXP</b>	Expedição
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
<b>GOV</b>	Governo
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>INST</b>	Instrução de Trabalho
<b>INV</b>	Inversões
<b>ISS</b>	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
<b>ISO</b>	Organização Internacional para Padronização
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>MBA</b>	Master in Business Administration
<b>MKT</b>	Marketing
<b>NBC T</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade
<b>Nº</b>	Número
<b>OF</b>	Ofício
<b>P</b>	Planejamento
<b>PA</b>	Processo Administrativo
<b>PABX</b>	Private Automatic Branch Exchange
<b>PAE</b>	Processo Administrativo Ético
<b>PASEP</b>	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>PASSAG</b>	Passagem
<b>PF</b>	Pessoa Física
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social
<b>PJ</b>	Pessoa Jurídica
<b>PJE</b>	Pessoa Jurídica Empregadora
<b>PRA</b>	Programa de Relacionamento Acadêmico
<b>PT</b>	Planejamento Tático
<b>RAP</b>	Revista Administrador Profissional
<b>REG</b>	Registro
<b>RT</b>	Responsável Técnico
<b>SEMESP</b>	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo
<b>SERASA</b>	Centralização de Serviços dos Bancos
<b>SERV</b>	Serviços
<b>SGQ</b>	Sistema de Gestão de Qualidade
<b>SISCONTW</b>	Sistema de Contabilidade para Windows
<b>SP</b>	São Paulo
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TRANSF</b>	Transferências
<b>V</b>	Versão
<b>VP</b>	Vice-Presidência

## **1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE:**

### **1.1 Identificação da Entidade:**

**Nome: Conselho Regional de Administração de São Paulo – CRA-SP**

**CNPJ: 43.060.078/0001-04**

**Natureza Jurídica: 110-4 Autarquia Federal**

**Endereço postal: Rua Estados Unidos, 889 – Jardim América – SP/SP – CEP 01427-001**

**Telefone: (11) 3087-3200 – 3087-3207**

**Endereço da página na Internet: [www.crasp.gov.br](http://www.crasp.gov.br)**

**Endereço do Correio Eletrônico Institucional: [crasp@crasp.gov.br](mailto:crasp@crasp.gov.br)**

### **1.2 Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadoras e Agregadas:**

- a) Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências”;
- b) Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências”.
- c) Lei Federal 7.321 de 13/06/1985 – “Altera a Denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos em Administração”.
- d) Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 249 de 29/12/2000.

### **1.3 Finalidade e competências institucionais das entidades Jurisdicionadas:**

O Conselho Regional de Administração de São Paulo, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado de São Paulo, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas; possuindo autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema CFA/CRA's.

O Conselho Regional de Administração de São Paulo é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Administrador, bem como controlador e fiscalizador das atividades financeiras e administrativas sob sua jurisdição.

Nos termos da competência prevista na legislação vigente, caberá ao Conselho Regional de Administração de São Paulo, conforme artigo 8º da Lei 4.769/65, nomenclatura da profissão alterada pela Lei 7.321/85:

“Os Conselhos Regionais de Administração (C.R.A.), com sede nas Capitais dos Estados no Distrito Federal, terão por finalidade:

- a) dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Administração;
- b) fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador;
- c) organizar e manter o registro de profissionais da área de Administração;
- d) julgar as infrações e impor as penalidades referidas nesta Lei;

e) expedir as carteiras profissionais dos profissionais da área de Administração;

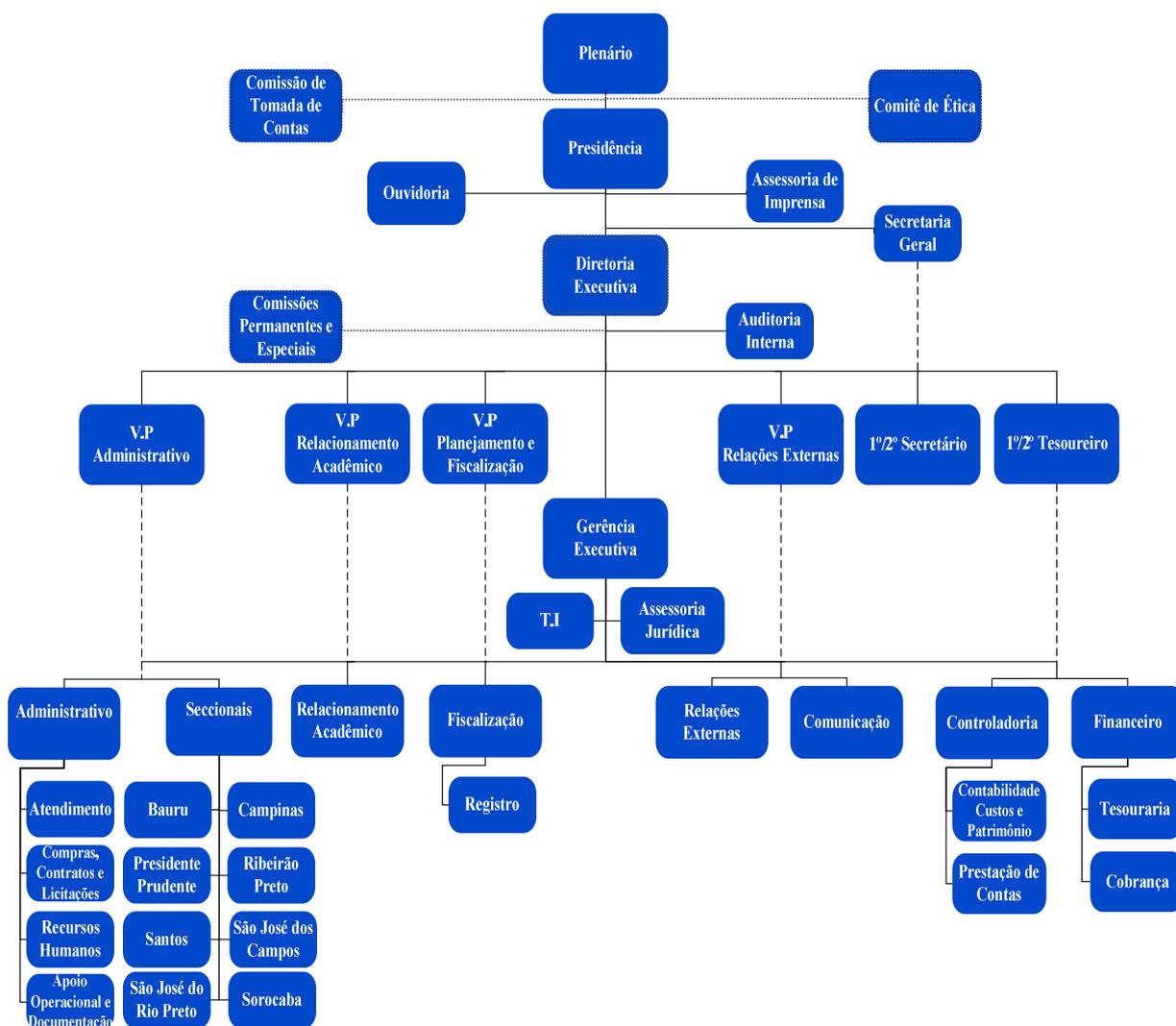
f) elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo C.F.A.;

g) eleger um delegado e um suplente para a assembleia de eleição dos membros do Conselho Federal, de que trata a alínea a do art.9º. (Incluída pela Lei nº 6.642, de 1979)”.

A norma supracitada ainda elenca como atribuição do Conselho a fiscalização das pessoas jurídicas que explorem a atividade de Administrador, a emissão de certidões diversas, a cobrança de anuidades dos registrados, entre outras.

#### 1.4 Apresentação do organograma funcional com a descrição sucinta das competências e atribuições das áreas:

O Conselho Regional de Administração tem a seguinte estrutura básica:



## **Competências e atribuições das respectivas áreas:**

**PLENÁRIO** - O Plenário do CRA-SP é o órgão de deliberação no âmbito de sua jurisdição. Compete ao Plenário: aprovar, nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional; exercer ação disciplinar; analisar processos de fiscalização; deliberar e apreciar assuntos da legislação específica, inclusive pareceres e orientações de caráter normativo.

Membros e mandato: vide subitem 3.4.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS** - A Resolução CRA-SP nº 44 de 29 de março de 2011, nomeou a Comissão Permanente de Tomada de Contas, com a finalidade de verificar os balancetes mensais e a prestação de contas anualmente, quanto aos aspectos formais e a correta apropriação nas respectivas contas, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com as Instruções Normativas vigentes e Regimento Interno. A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução.

Nomes e Cargos: Adm. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker – Presidente; Adm. Teresinha Covas Lisboa – Membro; e Adm. Milton Luiz Milioni – Membro.

Nomeação: Resolução 44/2011, de 29/03/2011 - Término em 31/12/2014.

**COMITÊ DE ÉTICA** – A Resolução CRA-SP nº 05 de 15 de janeiro de 2013 nomeia o Comitê de Ética Permanente do CRA-SP, tendo como responsabilidade a análise, discussão e a definição de ações/sanções dos Processos Administrativos (PA) e Administrativos Éticos (PAE), com aprovação do Plenário do CRA-SP. As infrações que podem demandar a abertura de processos são: suspeita de uso de diploma falso, exercício ilegal da profissão, falsificação/irregularidade de atestado de capacidade técnica, más práticas administrativas, entre outros. A atuação é feita por 5 (cinco) conselheiros e 2 (dois) colaboradores.

Nomes e Cargos: Adm. Teresinha Covas Lisboa – Presidente; Adm. Antônio Geraldo Wolff – Membro; Adm. Carlos Antônio Monteiro – Membro; Adm. Edgar Kanemoto – Membro; Adm. Marco Antônio Sampaio de Jesus – Membro; Adm. Maria Inês Moraes – Membro; e Adv. Luciano de Souza – Membro.

Nomeação: Resolução 05/2014, de 22 de janeiro de 2014, válida até 13 de agosto de 2014.

Nomes e Cargos: Adm. Teresinha Covas Lisboa – Presidente; Adm. Luiz Carlos Vendramini – Membro; Adm. Carlos Antônio Monteiro – Membro; Adm. Edgar Kanemoto – Membro; Adm. Marco Antônio Sampaio de Jesus – Membro; Adm. Luiz Carlos Marques Ricardo – Membro; Adm. Maria Inês Moraes – Membro; e Adv. Luciano de Souza – Membro.

Nomeação: Resolução 71/2014, de 14 de agosto de 2014, válida até 31/12/2014.

**PRESIDÊNCIA** – Administrar, estabelecer diretrizes, representar legalmente o CRA-SP e presidir as sessões plenárias; constituir comissões e grupos de trabalho; autorizar. despesas e pagamentos; adotar providências e atos de gestão administrativa que se fizerem necessários aos interesses do Conselho e à profissão de Administrador.

Nome e Cargo: Adm. Walter Sigollo – Presidente.

Mandato - Ata nº 4020<sup>a</sup>, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**OUVIDORIA** - Ouvir reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões e dúvidas sobre os serviços prestados pelo CRA-SP; analisar e encaminhar as manifestações aos responsáveis pelos setores; garantir sempre o direito à informação; acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções e mantendo os requerentes informados; dar resposta à todas as manifestações recebidas de forma clara e no menor prazo possível.

Nome e Cargo: Adm. Vanessa Lopes, Ouvidora, nomeada em 02/06/2014.

**ASSESSORIA DE IMPRENSA** - Compete à assessoria de imprensa a gestão do relacionamento do Conselho com a mídia impressa, eletrônica e digital, a partir da divulgação de dados e informações que atendam aos objetivos estratégicos do CRA-SP e da profissão de Administrador, bem como o gerenciamento de eventuais crises junto à imprensa, zelando pela imagem e o nome do Conselho;

Nome e Cargo: Maria Cecilia Monteiro Stroka, Assessora, nomeada em 27/08/2013.

**SECRETARIA GERAL** - Assistir o Presidente e seus Conselheiros no desempenho de suas atribuições, bem como confeccionar atas das reuniões plenárias, gerenciar as correspondências do Conselho Federal junto à presidência e as áreas do CRA-SP.

Nome e Cargo: Marilda Aparecida Sammarco, Coordenadora, nomeada em 05/06/2008.

**DIRETORIA EXECUTIVA** - Cumprir as diretrizes por meio de planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos do CRA-SP. É representada pelos vice-presidentes: Administrativo; de Relacionamento Acadêmico; de Planejamento e Fiscalização; das Relações Externas e pelo 1º Secretário e 1º Tesoureiro.

**COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS** - Discutir e votar conclusivamente proposições; dar parecer sobre proposições referentes aos assuntos de sua especialização; promover estudos sobre problemas de interesses públicos relativos à sua competência e tomar a iniciativa na elaboração de proposições a eles pertinentes.

**AUDITORIA INTERNA** - Examinar os atos de gestão com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações, com o objetivo de verificar a exatidão, a regularidade das contas e comprovar a eficiência, a eficácia e a efetividade na aplicação dos recursos disponíveis; verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos internos e externos competentes.

Nome e Cargo: Adm. Daniel Augusto Ramos, Assessor, nomeado em 31/03/2014.

**VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA** – Compete à Vice-Presidência Administrativa: substituir, observada a ordem consignada no art. 5º do Regimento do CRA-SP, o Presidente em suas faltas e impedimentos eventuais; exercer as atribuições e responsabilidades que lhes forem delegadas pelo Presidente nas respectivas áreas; elaborar o programa anual de atividades; apresentar as necessidades das áreas à Presidência, viabilizando a execução dos programas definidos; propor e submeter à Presidência o quadro de pessoal e suas alterações; exercer a administração e controle das atividades operacionais.

Nome e Cargo: Adm. José Alfredo Machado de Assis – Vice-Presidente Administrativo

Mandato - Ata nº 4020<sup>a</sup>, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**VICE-PRESIDÊNCIA DE RELACIONAMENTO ACADÊMICO** – Compete à Vice-Presidência de Relacionamento Acadêmico: substituir, observada a ordem consignada no art. 5º do Regimento do CRA-SP, o Presidente em suas faltas e impedimentos eventuais; exercer as atribuições e responsabilidades que lhes forem delegadas pelo Presidente nas respectivas áreas; integrar o CRA-SP e a comunidade acadêmica (Instituição de Ensino Superior); coordenar os projetos; promover estratégias de aproximação e acessibilidade mútua do CRA-SP junto às Instituições de Ensino Superior; aprovar o calendário de palestras; promover o desenvolvimento da área; propor e submeter à Presidência o quadro de pessoal e suas alterações.

Nome e Cargo: Adm. Hamilton Luiz Corrêa – Vice-Presidente para Assuntos Acadêmicos

Mandato - Ata nº 4020<sup>a</sup>, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**VICE-PRESIDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO** – Compete à Vice-Presidência de Planejamento e Fiscalização: substituir, observada a ordem consignada no art. 5º do Regimento do CRA-SP, o Presidente em suas faltas e impedimentos eventuais; exercer as atribuições e responsabilidades que lhes forem delegadas pelo Presidente nas respectivas áreas; fomentar ações estratégicas de fiscalização junto à sociedade e órgãos governamentais a fim de tornar visível a efetiva atuação do CRA-SP; elaborar o Planejamento Estratégico acompanhando a consolidação das ações implementadas e do plano de execução, objetivando promover o cumprimento das metas; propor e submeter à Presidência o quadro de pessoal e suas alterações.

Nome e Cargo: Adm. Alberto Emmanuel de Carvalho Whitaker – Vice-Presidente de Planejamento

Mandato - Ata nº 4020<sup>a</sup>, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**VICE-PRESIDÊNCIA DE RELAÇÕES EXTERNAS** – Compete à Vice-Presidência de Relações Externas: substituir, observada a ordem consignada no art. 5º do Regimento do CRA-SP, o Presidente em suas faltas e impedimentos eventuais; exercer as atribuições e responsabilidades que lhes forem delegadas pelo Presidente nas respectivas áreas; promover o relacionamento com o público externo voltado aos interesses do CRA-SP; representar a área junto ao Plenário e Presidência; propor e submeter à Presidência o quadro de pessoal e suas alterações.

Nome e Cargo: Adm. Milton Luiz Milioni – Vice-Presidente para Relações Externas

Mandato - Ata nº 4020<sup>a</sup>, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**PRIMEIRO SECRETÁRIO** – Compete ao Primeiro Secretário: secretariar as sessões plenárias, elaborar e proceder à leitura das atas; providenciar a elaboração e publicação das resoluções, avisos, ordens de serviço e demais expedientes resultantes de deliberação do plenário; expedir convocações e comunicações aos Conselheiros; coordenar as atividades da Secretaria do Plenário.

Nome e Cargo: Adm. Teresinha Covas Lisboa – 1º Secretário

Mandato - Ata nº 4020ª, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** – Compete ao Segundo Secretário: substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos eventuais; auxiliar o 1º Secretário no desempenho das atividades afetas à Secretaria do Plenário.

Nome e Cargo: Adm. Roberto Carvalho Cardoso – 2º Secretário

Mandato - Ata nº 4020ª, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**PRIMEIRO TESOUREIRO** - Compete ao Primeiro Tesoureiro: supervisionar, orientar e fiscalizar o funcionamento dos serviços financeiros do CRA-SP; assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques, balanços, prestações de contas e outros documentos de natureza financeira; acompanhar o nível de inadimplência e planejar ações para o efetivo recebimento dos créditos; autorizar as aplicações financeiras e apresentar ao plenário mensalmente os balancetes e anualmente a prestação de contas e o orçamento para aprovação.

Nome e Cargo: Adm. Antônio Geraldo Wolff – 1º Tesoureiro

Mandato - Ata nº 4020ª, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**SEGUNDO TESOUREIRO** - Compete ao Segundo Tesoureiro: substituir o Primeiro Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos eventuais; auxiliar, no que for necessário, o Primeiro Tesoureiro no desempenho de seus encargos.

Nome e Cargo: Adm. Álvaro Batista Araújo Mello – 2º Tesoureiro

Mandato - Ata nº 4020ª, de 07/01/2013 a 31/12/2014.

**GERÊNCIA EXECUTIVA** - Assegurar e conduzir, estratégica e operacionalmente, a política da entidade em todas as áreas do CRA-SP. Dar suporte gerencial e estrutural às áreas e às seccionais; promover a integração da Presidência com o corpo diretivo do Conselho.

Nome e Cargo: Adm. Reinaldo de Oliveira, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** – A área de Tecnologia da Informação compete prover e gerenciar as ferramentas tecnológicas do CRA-SP, gerenciar equipamentos, softwares e estrutura de comunicação de dados, possibilitando e facilitando as tarefas diárias dos colaboradores, bem como promover estrutura de comunicação entre o Conselho, o Sistema CFA/CRAs, os Administradores e

a sociedade. Prospectar novas Tecnologias da Informação, com vistas ao desenvolvimento do CRA-SP; elaborar projetos visando à atualização na estrutura de Tecnologia da Informação.

Nome e Cargo: Welton Luiz Marques, Analista, nomeado em 05/01/2009.

**ASSESSORIA JURÍDICA** – A área jurídica assessora legalmente à Presidência, a Diretoria, o público interno nos assuntos jurídicos pertinentes ao CRA-SP, assegurando que os atos e fatos administrativos produzidos pelo Conselho estejam dentro da legalidade; patrocinar e acompanhar os processos judiciais, visando defender juridicamente os interesses do CRA-SP.

Nome e Cargo: Luciano de Souza, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**ADMINISTRATIVO** - Supervisionar e acompanhar as atividades das áreas de atendimento, compras, licitações, recursos humanos e serviços operacionais, visando assegurar o controle e a execução das atividades de acordo com o planejamento do CRA-SP.

Nome e Cargo: Adm. Reinaldo de Oliveira, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**SECCIONAIS** – Elaborar, supervisionar e promover os Planos de Ação com definição de estratégias, metas e objetivos, dentro do campo de atuação das Seccionais, detectar as demandas de infraestrutura para o funcionamento e atuação das seccionais, bem como fazer a conexão das seccionais com as diversas áreas e departamentos do CRA-SP.

Nome e Cargo: Adm. Marcelo Torres, Supervisor, nomeado em 12/04/2013.

**RELACIONAMENTO ACADÊMICO** – Apresentar o CRA-SP institucionalmente junto as Instituições de Ensino Superior; facilitando a integração dos futuros administradores junto ao CRA-SP; conscientizar os alunos da exigibilidade legal do registro no Conselho para atuação profissional; promover palestras sobre o CRA-SP, fazer captações de registros, assessorar as seccionais nas atividades pertinentes a área.

Nome e Cargo: Adm. Glauca Aparecida Pascoaleto de Araujo, Supervisora, nomeada em 09/09/2013.

**FISCALIZAÇÃO** - Atuar em nível estratégico na condução dos trabalhos de fiscalização e registro de pessoas físicas e pessoas jurídicas no exercício profissional do administrador de acordo com a legislação vigente; assessorar as seccionais nas atividades de fiscalização e promover diligências fiscalizatórias.

Nome e Cargo: Adm. Maria Inês Moraes, Supervisora, nomeada em 05/06/2008.

**RELAÇÕES EXTERNAS** - Estabelecer a relação com a sociedade; promover eventos e parcerias em benefício dos administradores.

Nome e Cargo: Adm. Flavio de Oliveira, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**COMUNICAÇÃO** - Planejar, desenvolver e coordenar as atividades de comunicação com vistas a aprimorar o fluxo de informações com o público interno e externo, de acordo com os objetivos estratégicos do CRA-SP.

Nome e Cargo: Maria Cecilia Monteiro Stroka, Assessora, nomeada em 27/08/2013.

**CONTROLADORIA** – Planejar e organizar as atividades da contabilidade geral, assegurando que todos os registros sejam feitos de acordo com a legislação e com os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, dentro dos prazos, das normas e procedimentos estabelecidos pelo CRA-SP; elaborar e acompanhar o Orçamento e fazer as reformulações orçamentárias.

Nome e Cargo: Luiz Carlos Silva, Supervisor, nomeado em 14/03/2011.

**FINANCEIRO** – Supervisionar a área de Cobrança e Tesouraria nas atividades de contas a pagar e a receber, visando assegurar o cumprimento das obrigações financeiras e o recebimento dos créditos do CRA-SP dentro dos prazos legais; assessorar as seccionais nas atividades pertinentes a área.

Nome e Cargo: Adm. Reinaldo de Oliveira, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**ATENDIMENTO** - Atender os administradores e os interessados em geral em suas demandas, assegurando a eficácia na prestação de serviços; prestar suporte a todas as áreas do CRA-SP.

Nome e Cargo: Adm. Heloisa Sobral da Costa Sperança, Coordenadora, nomeada em 05/06/2008.

**COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES** - Atuar de forma estratégica na gestão dos processos de aquisições de produtos e serviços nas formas estabelecidas pela legislação, visando obter maior economia e eficácia para o Conselho.

Nome e Cargo: Adm. Maria Amélia Ventura, Coordenadora, nomeada em 05/06/2008.

**RECURSOS HUMANOS** - Executar os processos de contratação de pessoal através de concurso público; realizar as rotinas inerentes à relação entre Conselho e funcionários; atender as obrigações legais relativas ao contrato de trabalho.

Nome e Cargo: Adm. Fabiana Barbosa da Costa, Coordenadora, nomeada em 31/08/2012.

**APOIO OPERACIONAL E DOCUMENTAÇÃO** - Conduzir todas as atribuições relacionadas à prestação de serviços de terceiros, de forma a atestar sua efetividade e eficácia; zelar pela manutenção preventiva do Conselho; controlar e armazenar os documentos físicos e digitais do CRA-SP, mantendo-os em perfeito estado de conservação.

Nome e Cargo: Adm. Reinaldo de Oliveira, Assessor, nomeado em 27/08/2013.

**SECCIONAIS** – Ser o braço administrativo do Conselho nas regiões administrativas no Estado de São Paulo.

Seccional/Cidade, Nome e Cargo.

São José do Rio Preto - Adm. Eduardo Gomes de Azevedo Jr, Coordenador, nomeado em 12/04/2013.

Sorocaba - Adm. Aida Rodrigues, Coordenadora, nomeada em 29/02/2012.

Santos – Adm. Renata Farias Pizarro Busch, Coordenadora, nomeada em 29/02/2012.

Ribeirão Preto - Adm. Fatima Angelica Romagnolli Moura, Coordenadora, nomeada em 12/04/2013.

São José dos Campos - Adm. Dejair Dutra de Souza, Coordenador, nomeado em 29/02/2012.

Bauru – Adm. Carlos Eduardo Sperança, Coordenador, nomeado em 02/04/2012.

Campinas – Adm. Elcio Eidi Itida, Coordenador, nomeado em 29/02/2012.

Presidente Prudente - Manoel Barreto de Souza, Analista, nomeado em 18/03/2013.

**REGISTRO** - Efetuar o controle (registro, cancelamento, suspensão e licenciamento) de pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas para atuar na área da administração.

Nome e Cargo: Adm. Noemi Vieira Santos, Coordenadora, nomeada em 02/06/2014.

**CONTABILIDADE, CUSTO E PATRIMÔNIO** – Realizar as rotinas e procedimentos contábeis, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CFA e legislação pertinente; elaborar os relatórios de custos; manter o controle e registro dos bens patrimoniais e fazer inventário anual.

Nome e Cargo: Luiz Carlos Silva, Supervisor, nomeado em 14/03/2011.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS** - Levantar e estruturar todos os dados contábeis, administrativos, fiscais e organizacionais, referentes à missão institucional e operacional do CRA-SP de forma a disponibilizá-los nas prestações de contas.

Nome e Cargo: Luiz Carlos Silva, Supervisor, nomeado em 14/03/2011.

**TESOURARIA** - Executar os processos de pagamento e cumprir os compromissos financeiros da entidade; registrar os recebimentos e efetuar as respectivas baixas no sistema, de acordo com os procedimentos e normas estabelecidas; controlar os saldos bancários e gerenciar os investimentos dos recursos financeiros do CRA-SP.

Nome e Cargo: Adm. Lilian Helena Nori, Coordenadora, nomeada em 05/06/2008.

**COBRANÇA** – Atuar de forma ativa e receptiva na cobrança dos créditos de pessoas física e jurídica; atualizar cadastro; emitir boletos de cobrança das anuidades; controlar a carteira de devedores; realizar negociações; inscrever os inadimplentes na dívida ativa e no Serasa.

Nome e Cargo: Adm. Luciana Baptista Gonçalves Gomes, Coordenadora, nomeada em 12/06/2008.

## **2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade:**

O Conselho Regional de Administração de São Paulo estabeleceu seu Planejamento Estratégico para o período de 2010 a 2014, definindo:

<b>Visão</b>
Ser referência como Entidade Representativa no campo da Administração, sendo reconhecida, valorizada e respeitada perante a Sociedade.
<b>Missão</b>
Fiscalizar, defender, fortalecer e valorizar a profissão. Disseminar a importância da Ciência da Administração, promover o reconhecimento dos valores em prol da profissão de Administração, Empresas e Sociedade.
<b>Valores</b>
Competência, Justiça, Inovação, Ética, Transparência, Responsabilidade Social, Compromisso e Legalidade.

Após a definição da identidade organizacional foram estabelecidos os norteadores estratégicos, a saber:

<b>Objetivos Estratégicos – 2010 / 2014</b>	
01	Incrementar ações efetivas para o registro de pessoas físicas e jurídicas junto às empresas privadas, empresas públicas, a sociedade e à captação nas IES (Instituições de Ensino Superior).
02	Promover e incentivar a fidelização dos registrados com destaque no pronto atendimento e nos relacionamentos e serviços oferecidos.
03	Atuar de forma estruturada e eficaz nas ações de fiscalização e cobrança para cumprir a missão do CRA.
04	Criar e estruturar sistemáticas para o Desenvolvimento Institucional. Promover o Desenvolvimento Organizacional com ênfase na melhoria contínua e na gestão dos processos.
05	Cuidar do cumprimento das leis, resoluções e regimentos, com destaque para os processos administrativos, financeiros e contábeis.
06	Tornar o CRA atuante no interior do estado, permitindo que todas as suas ações, contemplem as pessoas físicas, jurídicas, IES (Instituições de Ensino Superior), sociedade, empresas públicas e privadas – entidades de seu relacionamento.
07	Incrementar ações para visualização e definição do posicionamento do CRA perante as entidades de seu relacionamento.
08	Promover maior relacionamento com as IES (Instituições de Ensino Superior) com ênfase na aproximação com os formadores de opinião – professores e coordenadores – e universitários, por meio de um representante.
<b>Metas – 2010 / 2014</b>	
01	Desenvolver estrutura de processos do CRA abrangendo as atividades fins e de apoio da instituição. Criar e estruturar sistemáticas internas para o Desenvolvimento Organizacional.
02	Promover o desenvolvimento Institucional e adotar ações que promovam uma maior visibilidade e conseqüente reconhecimento do CRA.
03	Desenvolver um maior relacionamento com coordenadores, professores e universitários da IES (Instituições de Ensino Superior). Definir um representante por instituição. Promover a expansão da atuação do CRA em todo o Estado de São Paulo.
04	Estabelecer ações abrangentes que fomentem o registro de pessoas físicas e jurídicas, a fidelização dos registrados e a captação junto as IES (Instituições de Ensino Superior). Promover ações estruturadas e eficazes na fiscalização e cobrança em conformidade com a missão do CRA.

## 2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício:

Tendo por base os Objetivos Estratégicos, foram estabelecidas as seguintes ações:

Metas da Entidade	Desafios Propostos
<p>1. Desenvolver estrutura de processos do CRA-SP abrangendo as atividades fins e de apoio da instituição. Criar estrutura e sistemáticas internas para Desenvolvimento Organizacional.</p>	<p>1.1. Implantar melhorias nos processos internos por meio da Auditoria Interna e Ouvidoria</p> <p>1.2. Implantar desenhos de processos de trabalho e normas/procedimentos</p> <p>1.3. Implantar projeto de reforma das instalações do CRA-SP</p> <p>1.4. Ampliar a estrutura funcional</p> <p>1.5. Aprovar e implantar projeto de instalação de equipamentos de comunicação de dados e telecomunicações da Sede e Seccionais</p> <p>1.6. Adquirir software e hardware para atualização e melhorias na infraestrutura</p> <p>1.7. Contratar serviços de auditoria de sistemas e processos de tecnologia da informação</p>
<p>2. Promover o Desenvolvimento Institucional e adotar ações que promovam uma maior visibilidade e conseqüente reconhecimento do CRA-SP.</p>	<p>2.1. Estruturar conjunto de ações para divulgação do CRA-SP</p> <p>2.2. Editar diferentes peças na imprensa sobre o CRA-SP e a profissão</p> <p>2.3. Promover divulgação na imprensa sobre o CRA-SP e a profissão</p> <p>2.4. Organizar publicação especial sobre gestão com Administradores Destaque e Emérito</p> <p>2.5. Ampliar parcerias de serviços, conteúdos e difusão de conhecimento</p> <p>2.6. Implantar o calendário de eventos</p> <p>2.7. Implantar a nova metodologia desenvolvida para os Grupos de Estudos</p>
<p>3. Desenvolver maior relacionamento com coordenadores, professores e universitários das IES. Definir um representante por instituição. Promover a expansão do CRA-SP em todo o Estado de São Paulo.</p>	<p>3.1. Realizar 10 encontros com Representantes de Classe</p> <p>3.2. Desenvolver o PRA com 120 IES/Campi com recolhimento de 2.500 novas inscrições</p> <p>3.3. Realizar 01 encontro com coordenadores de curso</p> <p>3.4. Desenvolver Planejamento Tático para Relacionamento Acadêmico</p>

<p>4. Estabelecer ações abrangentes que fomentem o registro de pessoas físicas e jurídicas, a fidelização dos registrados e a captação junto as IES. Promover ações estruturadas e eficazes na fiscalização e cobrança em conformidade com a missão do CRA-SP</p>	<p>4.1. Revisar 2.640 processos de fiscalização PJ/RT em sua totalidade</p> <p>4.2. Revisar 869 processos de fiscalização PJE/PF em sua totalidade</p> <p>4.3. Encaminhar 1.238 ofícios às Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de São Paulo</p> <p>4.4. Instaurar 1.200 novos processos de fiscalização PJ/PJE/PF/RT</p> <p>4.5. Desenvolver o Planejamento Tático para o setor de fiscalização</p> <p>4.6. Desenvolver novo modelo de Fiscalização segmentada</p> <p>4.7. Reduzir o índice de inadimplência do exercício de 2014, medida até 31/10/2014, para no mínimo 24% para PF e 27% para PJ</p> <p>4.8. Implantar a política de cobrança de débitos de exercícios anteriores PFs e PJs</p> <p>4.9. Levantar a situação cadastral das PFs e PJs e tomada de ações necessárias</p>
---	--

### **2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício:**

#### **Desafio 1.1: Implantar melhorias nos processos por meio da Auditoria Interna e Ouvidoria.**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 1.1.1. Análise do embasamento legal para a criação das novas áreas;
- 1.1.2. Adequação da estrutura funcional e contratação de profissionais;
- 1.1.3. Elaboração do Pensamento Estratégico;
- 1.1.4. Definição dos objetivos, poderes, limites e abrangência;
- 1.1.5. Elaboração e aprovação de Plano de Trabalho;
- 1.1.6. Implantação da Auditoria Interna em 17/03/2014;
- 1.1.7. Implantação da Ouvidoria em 19/04/2014;
- 1.1.8. Desenvolvimento de mecanismos de controle e medições; e
- 1.1.9. Implantação do desenho e normas dos processos de trabalho.

### **Desafio 1.2: Implantar desenhos de processos de trabalho e normas/procedimentos.**

Resultado: Cumprimento de 90,96% das ações propostas, sendo:

- 1.2.1. Aprovação e implantação do Grupo de Normatização;
- 1.2.2. Realização de *Brainstorming* e entrevistas com usuários;
- 1.2.3. Implantação de Comissões Específicas de Estudos;
- 1.2.4. Implantação de ações mediadoras e corretivas;
- 1.2.5. Implantação de Diretrizes para melhoria do Sistema de Normas;
- 1.2.6. Revisão e melhoria em 16 Instruções de Trabalho;
- 1.2.7. Edição de 9 novas Instruções de Procedimento e/ou Trabalho;
- 1.2.8. Publicação de 25 minutas para treinamento dos colaboradores; e
- 1.2.9. Definição de metodologia e capacitação dos usuários.

Justificativa para a Disfunção: Projeto de alta complexidade e envolvimento de diversas áreas e colaboradores o que demandou um prazo de conclusão superior ao inicialmente previsto. Após a implantação das novas instruções, não houve tempo hábil para promover a fase de controle, ou seja, a auditoria e adoção de medidas corretivas, caso houvesse.

Medidas Adotadas: Estabelecimento de um novo cronograma.

### **Desafio 1.3: Implantar projeto de reforma das instalações do CRA-SP.**

Resultado: Cumprimento de 66,67% das ações propostas, sendo:

- 1.3.1. Análise e aprovação dos projetos para execução de reforma;
- 1.3.2. Desenvolvimento do cronograma para execução das obras;
- 1.3.3. Definição e aprovação do orçamento;
- 1.3.4. Análise, estudo e definição da modalidade de licitação;
- 1.3.5. Desenvolvimento da minuta do edital de licitação;
- 1.3.6. Aprovação do processo licitatório;
- 1.3.7. Publicação do edital de licitação e início da fase externa;
- 1.3.8. Realização de vistorias por 17 empresas interessadas no certame;
- 1.3.9. Realização do certame licitatório em 14/11/2014.

Justificativa para a Disfunção: Os procedimentos da licitação terminaram no dia 18/12/14 e entrou em prazo de recurso, que foi até 09/01/2015. No dia 12/01/2015, passamos o

processo para homologação e a diretoria anterior não homologou o processo, ficando para a nova diretoria tomar as providências.

Medidas Adotadas: Repasse para a atual diretoria, que está tomando conhecimento do processo para tomada decisão sobre seu andamento. Até esta data, não está nada decidido.

#### **Desafio 1.4: Ampliar a estrutura funcional.**

Resultado: Cumprimento de 86% das ações propostas, sendo:

- 1.4.1. Identificação e aprovação do aumento do quadro de vagas;
- 1.4.2. Formalização da licitação para contratação da empresa organizadora do Concurso Público;
- 1.4.3. Contratação da empresa organizadora do Concurso Público;
- 1.4.4. Elaboração e aprovação do edital para o Concurso Público;
- 1.4.5. Publicação do edital do Concurso Público e início da fase externa;
- 1.4.6. Inscrição de 4.321 candidatos, sendo 1.723 inscrições efetivadas;
- 1.4.7. Prova do concurso Público realizado em 30/11/2014;
- 1.4.8 Homologação do Concurso Público em Dezembro/2014.

Justificativa para a Disfunção: A contratação não foi efetivada devido a mudança de gestão.

Medidas adotadas: Após estudo foi redimensionada e realocada a mão de obra existente.

#### **Desafio 1.5: Aprovar e implantar projeto de instalação de equipamentos de comunicação de dados e telecomunicações da Sede e Seccionais.**

Resultado: Cumprimento de 57% das ações propostas, sendo:

- 1.5.1. Análise e diagnóstico;
- 1.5.2. Definição do escopo:
  - a) Telefonia: Concluído
  - b) Banda Larga Seccionais: Em análise
  - c) Equipamentos de Telecomunicações Seccionais: Em análise
- 1.5.3. Pesquisa de Mercado; e
- 1.5.4. Definição de formas de Licitação e Contratação de fornecedor.

Justificativa para a Disfunção: Projeto de alta complexidade que demandou a sua fragmentação em outros projetos melhores que envolvem a todas as Seccionais, como:

- a. Linhas Telefônicas: processo de contratação concluído com sucesso em Julho/14;
- b. Link de Internet: Em 2014 realizamos processos licitatórios para a contratação destes serviços, entretanto, não obtivemos sucesso e todas as tentativas de licitação resultaram em desertas. O motivo para isto que identificamos estava no escopo da contratação, mais precisamente, no nível de qualidade exigido para a prestação do serviço e velocidade mínima para os links, itens necessários para o projeto, contudo que o mercado não vende em processos licitatórios. Este cenário nos obrigou a reavaliar o escopo deste serviço, e neste momento estamos em fase de estudos;
- c. PABX e demais soluções de telefonia: A elaboração do escopo descrito do projeto, visando à instalação dos equipamentos nas oito Seccionais, está em fase de revisão de requisitos e custos.

Medidas Adotadas: Revisão de todos os escopos do projeto junto a nova Diretoria.

**Desafio 1.6: Adquirir software e hardware para atualização e melhorias na infraestrutura.**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 1.6.1 Definição do escopo;
- 1.6.2 Pesquisa de Mercado;
- 1.6.3. Definição de formas de Licitação e Contratação de fornecedor;
- 1.6.4. Recebimento dos equipamentos; e
- 1.6.5. Implementação dos itens contratados.

**Desafio 1.7: Contratar serviços de auditoria de sistemas e processos de tecnologia da informação.**

Resultado: Cumprimento de 29% das ações propostas, sendo:

- 1.7.1. Análise e diagnóstico; e
- 1.7.2. Definição do escopo.

Justificativa para a Disfunção: Este projeto tinha como objetivo analisar o nível de maturidade e aderência dos recursos tecnológicos aos processos organizacionais e estratégicos da empresa, entretendo, em 2014 o Conselho passou por uma grande ação de mapeamento e redesenho de processos, assim como também desenvolvendo de instruções de trabalho. Estas ações inviabilizaram o projeto de auditoria de sistemas e processos de tecnologia da informação.

Medidas Adotadas: Revisão de todos os escopos do projeto junto a nova Diretoria.

**Desafio 2.1: Estruturar conjunto de ações para divulgação do CRA-SP**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 2.1.1. Ampliação da divulgação do Dia do Administrador;
- 2.1.2. Divulgação da RAP Digital;
- 2.1.3. Apoio à divulgação de eventos internos, benefícios e parcerias;
- 2.1.4. Fortalecimento da divulgação no interior; e
- 2.1.5. Consolidação da presença nas redes sociais:
  - a) LinkedIn: 176 membros;
  - b) Twitter: 2.966 seguidores;
  - c) Enquetes de Opinião: 5.205 registrados participantes; e
  - d) Facebook: 23.652 fãs.

### **Desafio 2.2: Editar diferentes peças na imprensa sobre o CRA-SP e a profissão**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 2.2.1. Produção de flyers, folders, banners, e-mail mkt, convites, impressas e/ou digitais;
- 2.2.2. Criação, desenvolvimento e edição do Manual de Comunicação;
- 2.3.3. Redimensionamento do Canal de Notícias; e
- 2.3.4. Incremento nas redes sociais

### **Desafio 2.3: Promover divulgação na imprensa sobre o CRA-SP e a profissão**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 2.3.1. Elaboração de um plano de divulgação dos temas principais;
- 2.3.2. Definição de mensagens-chave de divulgação;
- 2.3.4. Atualização do mailing;
- 2.3.5. Envio de releases, notas, agendas, sugestões de pauta e artigos assinados;
- 2.3.6. Agendamento de entrevistas; e
- 2.3.7. Confecção do Clipping.

### **Desafio 2.4: Organizar publicação especial sobre gestão com Administradores Destaque e Emérito**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

2.4.1. Desenvolvimento de projeto editorial sobre Administração, com histórias de sucesso dos presidentes (Destaques e Eméritos); e

2.4.2. Definição de formas de viabilização para a publicação especial.

### **Desafio 2.5: Ampliar parcerias de serviços, conteúdos e difusão de conhecimento**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

2.5.1. Identificação de potenciais parceiros;

2.5.2. Promoção e renovação dos atuais convênios;

2.5.3. Realização de novos convênios;

2.5.4. Fidelização de parceiros por meio de relacionamento constante;

2.5.6. Análises pontuais de parcerias com incremento de reciprocidades;

2.5.7. Divulgação das ações perante os Administradores;

2.5.8. Concessão de 4 Patrocínios, 15 Convênios e 56 Apoios; e

2.5.9. Concessão 3.980 Cursos a distância, 60 livros, 38 Eventos, 27 Cursos Presenciais e 1 MBA.

### **Desafio 2.6: Implantar o calendário de eventos**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

2.6.1. Desenvolvimento de portfólio;

2.6.2. Aprovação do portfólio junto à Comissão;

2.6.3. Divulgação do portfólio para patrocinadores;

2.6.4. Desenvolvimento de eventos que não demandam licitação;

2.6.5. Definição do escopo dos eventos que demandam investimentos;

2.6.6. Licitação dos eventos que demandam investimentos; e

2.6.7. Realização de Administrador de Destaque (06), Administrador Emérito e Dia do Administrador, Fórum Administração em Foco e Jornada Administrativa nas Seccionais e ENCOAD

### **Desafio 2.7: Implantar a nova metodologia desenvolvida para os Grupos de Estudos**

Resultado: Cumprimento de 57,14% das ações propostas, sendo:

2.7.1. Nomeação do Coordenador Geral do CECON/ADM

2.7.2. Atualização do Manual de Normas dos Grupos de Estudos

2.7.3. Implantação do Manual de Normas dos Grupos de Estudos

2.7.4. Definição da Visão, Missão e Objetivos Estratégicos CECON/ADM

2.7.5. Grupos de Estudo ativos: Administração Cadeias Produtivas e Logística Empresarial, Administração Esportiva, Administração de Saúde, Adm. Instituições de Ensino Superior, Adm. de Pessoas, Convergência Tecnológica e Mobilidade Corporativa, Estratégia e Planejamento, Ética e Sustentabilidade, Governança Corporativa, Mediação e Arbitragem

Justificativa para a Disfunção: Projeto de alta complexidade e envolvimento de profissionais de diversos segmentos, tornando necessária a adequação do estudo de implantação a fim de se ter um melhor resultado estratégico. Intrinsecamente demonstrou-se ineficaz a tomada de decisão de desenvolvimento do projeto dentro do cronograma inicialmente previsto.

Medidas Adotadas: Revisão do projeto e estabelecimento de novo cronograma de implantação com vistas a finalização do processo.

### **Desafio 3.1: Realizar 10 encontros com Representantes de Classe**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

3.1.1. Realizado nas Regiões Administrativas: Bauru (01), Campinas (01), Presidente Prudente (01), Ribeirão Preto (01), Santos (01), São José dos Campos (01), São José do Rio Preto (01), Sorocaba (01) e São Paulo (02).

### **Desafio 3.2: Desenvolver o PRA com 120 IES/Campi com recolhimento de 2.500 novas inscrições**

Resultado: Cumprimento de 91,18% das ações propostas, sendo:

3.2.1. PRA realizado em 108 IES nas Regiões Administrativas: Bauru (10), Campinas (10), Presidente Prudente (10), Ribeirão Preto (10), Santos (10), São José dos Campos (10), São José do Rio Preto (10), Sorocaba (10) e São Paulo (28).

3.2.2. 2.309 Inscrições recolhidas nas Regiões Administrativas (nº efetivo - % cumprimento da meta): Bauru (123 – 62%), Campinas (210 – 105%), Presidente Prudente (219 – 110%), Ribeirão Preto (212 – 106%), Santos (213 – 107%), São José dos Campos (121 – 61%), São José do Rio Preto (241 – 121%), Sorocaba (222 – 111%) e São Paulo (748 – 83%).

Justificativa para a Disfunção (Bauru): Não houve o cumprimento da meta por não ter havido interesse dos alunos em efetivarem o registro, por falta de perspectivas da exigência do registro pelas empresas contratantes da região. Medidas Adotadas: Retorno nas IES buscando um novo contato com os alunos formandos das turmas presenciais, e dos cursos à Distância, contato com representantes de classe e Coordenadores dos cursos, reforçando a importância do registro. Contato com alunos de outras IES da região no sentido de orientá-los sobre o registro profissional.

Justificativa para a Disfunção (São José dos Campos): Houve retardo no início da execução do cronograma, não sendo possível o recolhimento em todas as Instituições, devido à falta de datas disponíveis nessas IES para o desempenho das ações. Medidas Adotadas: Houve

reforço de ações junto às Instituições que permitiram o trabalho, porém com baixa adesão posterior e as tratativas com as demais IES continuaram a ser ineficazes. Será feita a revisão da forma de atuação junto às Instituições de Ensino.

Justificativa para a Disfunção (São Paulo): Plano de ação padronizado para relacionamentos e regiões distintas, prejudicando diretamente o cronograma proposto e as etapas finais, bem como o critério estabelecido para a aferição da meta. Medidas Adotadas: Conscientização dos envolvidos para a importância de sincronismo nas ações estabelecidas, diluindo harmonicamente as etapas previstas no decorrer do ano num cronograma mais dúctil, igualmente ajustando os critérios para apuração das metas de forma a atender a realidade operacional.

### **Desafio 3.3: Realizar 01 encontro com coordenadores de curso**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

3.3.1. Encontro realizado em 18/10/2014.

### **Desafio 3.4: Desenvolver Planejamento Tático para Relacionamento Acadêmico**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

3.4.1. Definição do Grupo responsável pelo desenvolvimento do PT;

3.4.2. Adaptação e aplicação do Manual do P. Estratégico do CRA-SP;

3.4.3. Definição e estabelecimento de cronograma;

3.4.5. Definição do Pensamento Tático;

3.4.6. Análise do macro ambiente da área (Matriz Swot);

3.4.7. Análise do micro ambiente da área (Matriz Swot);

3.4.8. Definição de objetivos e metas específicas para a área;

3.4.9. Definição das Diretrizes Táticas específicas para a área; e

3.4.10. Aprovação do Planejamento Tático pela Vice Presidência da área.

### **Desafio 4.1: Revisar 2.640 processos de fiscalização PJ/RT em sua totalidade**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

4.1.1. Realizado nas Regiões Administrativas: Bauru (122), Campinas (251), Presidente Prudente (176), Ribeirão Preto (230), Santos (162), São José dos Campos (243), São José do Rio Preto (137), Sorocaba (136) e São Paulo (1183).

### **Desafio 4.2: Revisar 869 processos de fiscalização PJE/PF em sua totalidade**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

4.2.1. Realizado na Região Administrativa de São Paulo.

### **Desafio 4.3: Encaminhar 1.238 ofícios às Prefeituras Municipais e Secretarias do Estado São Paulo**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

4.3.1. Realizado nas Regiões Administrativas: Bauru (74), Campinas (180), Presidente Prudente (208), Ribeirão Preto (143), Santos (56), São José dos Campos (78), São José do Rio Preto (316), Sorocaba (140) e São Paulo (43).

### **Desafio 4.4: Instaurar 1.200 novos processos de fiscalização PJ/PJE/PF/RT**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

4.3.1. Realizado nas Regiões Administrativas: Bauru (101), Campinas (109), Presidente Prudente (100), Ribeirão Preto (151), Santos (101), São José dos Campos (101), São José do Rio Preto (150), Sorocaba (100) e São Paulo (324).

### **Desafio 4.5: Desenvolver o Planejamento Tático para o setor de fiscalização**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 4.5.1. Definição do Grupo responsável pelo desenvolvimento do PT;
- 4.5.2. Adaptação e aplicação do Manual do P. Estratégico do CRA-SP;
- 4.5.3. Definição e estabelecimento de cronograma;
- 4.5.4. Definição do Pensamento Tático;
- 4.5.5. Análise do macro ambiente da área (Matriz Swot);
- 4.5.6. Análise do micro ambiente da área (Matriz Swot);
- 4.5.7. Definição de objetivos e metas específicas para a área;
- 4.5.8. Definição das Diretrizes Táticas específicas para a área; e
- 4.5.9. Aprovação do Planejamento Tático pela Vice Presidência da área.

### **Desafio 4.6: Desenvolver novo modelo de Fiscalização segmentada**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

- 4.6.1. Definição do modelo de Fiscalização Segmentada;
- 4.6.2. Definição dos objetivos;
- 4.6.3. Definição da metodologia;
- 4.6.4. Aprovação do modelo de Fiscalização Segmentada pela Vice Presidência da área;

### **Desafio 4.7: Reduzir o índice de inadimplência do exercício de 2014, medida até 31/10/2014, para no mínimo 24% para PF e 27% para PJ**

Resultado: Cumprimento de 100% das ações propostas, sendo:

4.7.1. Inadimplência geral Pessoa Física reduzida de 35% para 20%, sendo: Bauru (21,09%), Campinas (20,57%), Presidente Prudente (19,81%), Ribeirão Preto (16,18%), Santos (16,88%), São José dos Campos (18,83%), São José do Rio Preto (35,15%), Sorocaba (17,99%) e São Paulo (19,61%).

4.7.2. Inadimplência geral Pessoa Jurídica reduzida de 40% para 23%, sendo: Bauru (10,53%), Campinas (25,04%), Presidente Prudente (9,35%), Ribeirão Preto (18,90%), Santos (16,26%), São José dos Campos (16,18%), São José do Rio Preto (12,57%), Sorocaba (18,53%) e São Paulo (23,87%).

#### **Desafio 4.8: Implantar a política de cobrança de débitos de exercícios anteriores PFs e PJs**

Resultado: Cumprimento de 71,73% das ações propostas, sendo:

4.8.1. Formalização da Política de Cobrança de Débitos;

4.8.2. Recobrança das anuidades 2013 e anteriores de 3.196 PF's;

4.8.3. Notificação de Dívida Ativa de 14.382 Pessoas Físicas;

4.8.4. Notificação de Dívida Ativa de 2.039 Pessoas Jurídicas;

4.8.5. Anotação no Serasa de 3.957 PF's; e

4.8.6. Anotação no Serasa de 416 PJ's

4.8.7. Notificação das PFs e PJs devedores dos exercícios anteriores não inscritos em D.A

Justificativa para a Disfunção: Não houve anotação dos inadimplentes registrados anteriores a 2010 em virtude da falta de ferramenta que segregasse o cadastro passível de encaminhamento para a devida anotação no Serasa.

Medidas Adotadas: As ações relacionadas as anotações no Serasa estão suspensas aguardando novas diretrizes.

#### **Desafio 4.9: Levantar a situação cadastral das PFs e PJs e tomada de ações necessárias**

Resultado: Cumprimento de 50% das ações propostas, sendo:

4.9.1. Mapeamento das situações de cadastro.

Justificativa para a Disfunção: As ações não foram definidas em virtude da grande diversidade de situações encontradas no cadastro, necessitando de um estudo mais aprofundado e elaborado para tomada de decisão.

Medidas Adotadas: Ações suspensas e aguardando novas diretrizes.

## 2.4 Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão:

Em 2014 os indicadores foram definidos em conformidade com as Medidas/Planos de Ações e demonstram o efetivo cumprimento frente às Diretrizes Estratégicas. Os critérios de apuração foram padronizados pela área de Tecnologia da Informação que armazena os arquivos na base de dados, conforme segue:

<b>Apuração da Meta 1</b>	
1.1. Implantar as áreas de Auditoria Interna e Ouvidoria	100%
1.2. Implantar desenho processos de trabalho e normas	90,96%
a) Fases (5W1H): 86,67% b) Inst. Trabalho: 95,24%	
1.3. Implantar projeto reforma das instalações CRA-SP	66,67%
1.4. Ampliar estrutura funcional	86%
1.5. Aprovar e implantar projeto instalação equipamentos	57%
1.6. Atualizar e prover melhorias infraestrutura sistema	100%
1.7. Contratar serviços de auditoria sistema e processos	29%
<b>% Médio Efetivo da Meta 1</b>	<b>75,66%</b>

<b>Apuração da Meta 2</b>	
2.1. Estruturar ações para divulgação do CRA-SP	100%
a) Fases (5W1H): 100% b) Média Subitens: 100%	
2.2. Editar peças impressas sobre CRA-SP e a profissão	100%

2.3. Divulgar o CRA-SP e a profissão na imprensa	100%
2.4. Organizar publicação especial sobre gestão	100%
2.5. Ampliar parcerias, conteúdos, difusão conhecimento	100%
a) Fases (5W1H): 100%    b) Média Subitens: 100%	
2.6. Implantar calendário de Eventos	100%
2.7. Implantar metodologia dos Grupos de Estudo	57,14%
<b>% Médio Efetivo da Meta 2</b>	<b>93,88%</b>

<b>Apuração da Meta 3</b>	
3.1. Realizar 10 encontros com Representantes de Classe	100%
3.2. Desenvolver o PRA com 120 IES Campi	91,18%
a) PRA: 90%    b) Inscrições Recolhidas: 92,36%	
3.3. Realizar encontro com Coordenadores de Curso	100%
3.4. Desenvolver o Planejamento Tático da área	100%
<b>% Médio Efetivo da Meta</b>	<b>97,79%</b>

<b>Apuração da Meta 4</b>	
4.1. Revisar 2.640 processos de fiscalização PJ/RT	100%
4.2. Revisar 869 processos de fiscalização PJE/PF	100%
4.3. Conscientizar 1.238 Órgãos Municipais e Estaduais	100%
4.4. Instaurar 1.200 processos de fiscalização PJ/PF	100%

4.5. Desenvolver o Planejamento Tático da área	100%
4.6. Desenvolver modelo de fiscalização segmentada	100%
4.7. Reduzir a inadimplência do exercício 2014 – PF	100%
4.7.1 Reduzir a inadimplência do exercício 2014 – PJ	100%
4.8. Implantar política de cobrança de débitos	71,43%
4.9. Levantar situação cadastral de PF's e PJ's	50%
<b>% Médio Efetivo da Meta</b>	<b>92,14%</b>

<b>Resumo da Apuração</b>	
 <b>Meta 1</b>	<b>75,66%</b>
 <b>Meta 2</b>	<b>93,88%</b>
 <b>Meta 3</b>	<b>97,79%</b>
 <b>Meta 4</b>	<b>92,14%</b>
 <b>% Médio Efetivo das Diretrizes Estratégicas 2014</b>	<b>89,87%</b>

### **3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 Estrutura de governança da entidade:**

##### **a) Auditoria externa do CFA:**

Base normativa: Resolução CFA nº 51/1969; atribuições: realização de auditorias regulares e especiais com ênfase na fiscalização dos sistemas orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial, pessoal e demais sistemas operacionais no âmbito do sistema CFA/CRAs; Forma de atuação: as auditorias são executadas por membros do quadro de colaboradores do CFA ou através de empresa de “Auditoria Externa” contratada.

##### **b) Comissão Permanente de Tomadas de Contas:**

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 44 de 29 de março de 2011, constitui a Comissão Permanente de Tomada de Contas; atribuições: verificar os documentos, mensalmente, quanto aos aspectos formais e a correta apropriação nas respectivas contas, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com as Instruções Normativas vigentes, Regimento Interno, Lei 4.769/65 e respectivo Regulamento; Forma de atuação: A atuação é feita por 3 (três) Conselheiros designados na resolução CRA-SP nº 44/11.

##### **c) Comissão de Sindicância Interna:**

Base normativa: Resolução CRA-SP nº 123 de 16 de setembro de 2013; atribuições: ouvir as partes e testemunhas; recolher provas para os esclarecimentos dos fatos; ouvir depoimentos das pessoas e fazer acareações; determinar a realização de perícias e diligências; averiguar os antecedentes profissionais do denunciado; ultimar o relatório dos trabalhos, em um caderno processual contendo todas as informações obtidas, com objetivo de subsidiar a apreciação e definição por parte da Diretoria do Conselho. Forma de atuação: através de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) Conselheiros e 3 (três) do quadro de colaboradores do CRA-SP.

##### **d) Ouvidoria:**

Base normativa: art. 5º, inciso XXXIII e art. 216 § 2º da Constituição Federal e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. No CRA-SP a Reunião Plenária nº 4097, de 07 de outubro de 2013, aprovou o projeto para implantação da Ouvidoria; atribuições: buscar a aproximação do Conselho com a sociedade, de modo que se perceba a importância de uma reivindicação e do acesso direto às informações. Fomentar a responsabilidade funcional para melhoria da imagem e da gestão do Conselho, proporcionar aos gestores uma capacidade de resolutividade dos problemas, desenvolvendo ações de caráter preventivo e melhoria nos processos internos; forma de atuação: a Ouvidoria está inserida no organograma em linha de subordinação direta ao Presidente, cujo início de atividade ocorreu em 2014.

##### **e) Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ):**

Base normativa: ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ); atribuições: manter os processos definidos e implantados com os valores da organização sem que sofram descontinuidade; melhoria contínua tendo em vista que este é um processo essencial de

manutenção e aperfeiçoamento dos serviços prestados aos profissionais e empresas de administração bem como à sociedade; forma de atuação: por meio de uma assessoria mensal e auditoria interna de manutenção do sistema da qualidade, bem como uma auditoria externa efetuada por uma empresa de certificação a cada dois anos.

#### **f) Auditoria Interna**

Base normativa: Art. 70 da Constituição Federal; atribuições: auditar os sistemas e as operações financeiras, incluindo o exame de observância e as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Conselho Regional de Administração de São Paulo; acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas; estabelecer e monitorar planos, planejamento de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor ao Conselho; promover diligências e elaborar relatórios por demanda da Diretoria Executiva.

### **3.2 Demonstração da atuação da unidade de Auditoria Interna:**

- a) A área de Auditoria Interna do Conselho Regional de Administração de São Paulo está posicionada na estrutura organizacional como uma unidade de assessoria, ligada diretamente à Diretoria Executiva, conforme item 1.4. A área iniciou suas atividades em Abril de 2014.
- b) Para 2014 foram auditadas as seguintes áreas: Contabilidade, Bens Patrimoniais e Planejamento estratégico, além das auditorias operacionais realizadas para atender a ISO9001. Todos os pontos de melhoria levantados na auditoria, foram implementados pelos gestores.
- c) Com base nos testes realizados, os controles internos da Entidade são adequados.

### **3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correção:**

#### **a) Comissão de Sindicância Interna:**

A comissão de Sindicância Interna instituída pela Resolução CRA-SP nº 123, de 16 de setembro de 2013, tem por competências: ouvir as partes e testemunhas; recolher provas para os esclarecimentos dos fatos; ouvir depoimentos das pessoas e fazer acareações; determinar a realização de perícias e diligências; averiguar os antecedentes profissionais do denunciado; ultimar o relatório dos trabalhos, em um caderno processual contendo todas as informações obtidas, com objetivo de subsidiar a apreciação e definição por parte da Diretoria do Conselho. A atuação da Comissão se dá através de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) Conselheiros e 3 (três) do quadro de colaboradores do CRA-SP. No exercício de 2014 não houve nenhuma ocorrência.

### 3.4 Relação dos principais Dirigentes e Membros do Conselho Regional de Administração de São Paulo:

O Plenário do Conselho Regional de Administração de São Paulo é constituído de 9 (nove) Conselheiros efetivos e respectivos suplentes, eleitos diretamente pelos administradores registrados no CRA-SP.

#### Quadro dos membros do Plenário:

CONSELHEIROS EFETIVOS	CONSELHEIROS SUPLENTES
Adm. Walter Sigollo Mandato: 01/01/2013 a 31/12/2016	Adm. Luiz Carlos Marques Ricardo Mandato: 07/01/2013 a 31/12/2016
Adm. José Alfredo Machado de Assis Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	Adm. Nelson Reinaldo Pratti Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014
Adm. Milton Luiz Milioni Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	Adm. Luiz Carlos Vendramini Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014
Adm. Alberto Emmanuel C. Whitaker Mandato: 07/01/2013 a 31/12/2016	Adm. Rogério Fernando de Góes Mandato: 28/01/2013 a 31/12/2016
Adm. Hamilton Luiz Corrêa Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	Adm. Arlindo Vicente Junior Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014
Adm. Teresinha Covas Lisboa Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	Adm. Edgar Kanemoto Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014
Adm. Roberto Carvalho Cardoso Mandato: 01/01/2013 a 31/12/2016	Adm. Marco Antônio Sampaio de Jesus Mandato: 07/01/2013 a 31/12/2016
Adm. Antônio Geraldo Wolff Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	Adm. Carlos Antônio Monteiro Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014
Adm. Álvaro Augusto Araújo Mello Mandato: 10/01/2011 a 31/12/2014	-----

#### a) Quadro da Diretoria:

CONSELHEIROS EFETIVOS - DIRIGENTES
Adm. Walter Sigollo Presidente - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. José Alfredo Machado de Assis Vice-Presidente Administrativo - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Milton Luiz Milioni Vice Presidente para Relações Externas – Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Alberto Emmanuel C. Whitaker Vice-Presidente de Planejamento - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Hamilton Luiz Corrêa Vice-Presidente para Assuntos Acadêmicos - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Teresinha Covas Lisboa 1º Secretário - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Roberto Carvalho Cardoso 2º Secretário – Gestão: 07/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Antônio Geraldo Wolff 1º Tesoureiro - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014
Adm. Álvaro Augusto Araújo Mello 2º Tesoureiro - Gestão: 01/01/2013 a 31/12/2014

### 3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e de conselhos:

Os Cargos de Direção e de Conselheiros do Sistema CFA/CRAs são exercidos de forma honorífica não sendo, portanto, efetuado qualquer tipo de pagamento como forma de remuneração. São efetuados pagamentos de jetons e deslocamento, de caráter indenizatório, quando da participação em órgãos de deliberação coletiva.

Os pagamentos de jetons e deslocamentos de 2014 obedeceram aos valores aprovados na pela Resolução CRA-SP nº 10 de 23 de janeiro de 2014.

## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 Demonstração da Receita:

#### a) Origem das Receitas

A Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, em seu artigo 12 estabelece que a renda do Conselho Regional de Administração de São Paulo é constituída de:

- a) oitenta por cento (80%) das anuidades estabelecidas pelo C.F.A. e revalidadas trienalmente;
- b) rendimentos patrimoniais;
- c) doações e legados;
- d) subvenções e auxílios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ou, ainda, de empresas e instituições particulares;
- e) provimento das multas aplicadas; e
- f) rendas eventuais.

#### Quadro representativo da origem das receitas

<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO</b>
Outras Contribuições Sociais (anuidades 80%)
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>
Receitas Imobiliárias (100%)
Receitas de Valores Mobiliários (100%)
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>
Renda e emolumentos com inscrição (80%)
Renda e Emolumentos com Expedição de Carteiras (80%)
Renda e Emolumentos com Expedição de Certidões (80%)
Rendas de Outros Serviços Prestados (80%)
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>
Multas, Juros de mora e Atualização Monetária (80%)
Receitas da Dívida Ativa (80%)
Receitas Diversas (100%)
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>
Alienação de Bens Móveis (100%)

**b) Previsão e Arrecadação por natureza:****Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada**

<b>Receita</b>	<b>Orçada</b>	<b>Arrec. Per.</b>	<b>Exercício</b>	<b>Diferença</b>
1.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	24.466.000,00 -	24.398.850,00 -	24.398.850,00 -	67.150,00 -
1.2.00.00 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.235.000,00 -	18.212.251,25 -	18.212.251,25 -	22.748,75 -
1.2.19.00 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	18.235.000,00 -	18.212.251,25 -	18.212.251,25 -	22.748,75 -
1.3.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	2.909.000,00 -	2.884.452,41 -	2.884.452,41 -	24.547,59 -
1.3.10.00 - RECEITAS IMOBILIARIAS	169.000,00 -	146.710,47 -	146.710,47 -	22.289,53 -
1.3.20.00 - RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS	2.740.000,00 -	2.737.741,94 -	2.737.741,94 -	2.258,06 -
1.6.00.00 - RECEITAS DE SERVICOS	875.000,00 -	863.363,95 -	863.363,95 -	11.636,05 -
1.6.10.00 - RENDAS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	875.000,00 -	863.363,95 -	863.363,95 -	11.636,05 -
1.6.11.00 - RENDAS E EMOLUM. C/ INSCRICAO	117.000,00 -	111.146,60 -	111.146,60 -	5.853,40 -
1.6.12.00 - RENDAS E EMOLUM. C/EXP. CARTEIRAS	165.000,00 -	162.695,69 -	162.695,69 -	2.304,31 -
1.6.13.00 - RENDAS DE EMOL.C/EXP.CERTIDÕES	280.000,00 -	277.653,06 -	277.653,06 -	2.346,94 -
1.6.19.00 - RENDAS DE OUTROS SERV.PRESTADOS	313.000,00 -	311.868,60 -	311.868,60 -	1.131,40 -
1.9.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.447.000,00 -	2.438.782,39 -	2.438.782,39 -	8.217,61 -
1.9.10.00 - MULTAS, JUROS DE MORA E ATUAL.MONETARIA	449.000,00 -	448.279,30 -	448.279,30 -	720,70 -
1.9.30.00 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.477.000,00 -	1.470.625,02 -	1.470.625,02 -	6.374,98 -
1.9.31.00 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	1.369.000,00 -	1.364.223,70 -	1.364.223,70 -	4.776,30 -
1.9.31.01 - ANUIDADES PESSOA FÍSICA	1.023.500,00 -	1.021.128,34 -	1.021.128,34 -	2.371,66 -
1.9.31.02 - ANUIDADES PESSOA JURÍDICA	342.500,00 -	340.619,36 -	340.619,36 -	1.880,64 -
1.9.31.03 - AUTOS DE INFRAÇÃO	3.000,00 -	2.476,00 -	2.476,00 -	524,00 -
1.9.32.00 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	108.000,00 -	106.401,32 -	106.401,32 -	1.598,68 -
1.9.32.01 - ANUIDADES PESSOA FÍSICA	48.000,00 -	47.229,88 -	47.229,88 -	770,12 -
1.9.32.02 - ANUIDADES PESSOAS JURÍDICAS	60.000,00 -	59.171,44 -	59.171,44 -	828,56 -
1.9.90.00 - RECEITAS DIVERSAS	521.000,00 -	519.878,07 -	519.878,07 -	1.121,93 -
1.9.99.00 - OUTRAS DIVERSAS	521.000,00 -	519.878,07 -	519.878,07 -	1.121,93 -
<b>Total:</b>	<b>24.466.000,00 -</b>	<b>24.398.850,00 -</b>	<b>24.398.850,00 -</b>	<b>67.150,00 -</b>

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2014.

Fonte: Siscontw 2.0.56.00 – período de 01/01/2014 a 31/12/2014

**c) Forma de Partilha da receita**

Sobre o montante das receitas constantes do quadro abaixo, o Conselho Regional de Administração de São Paulo transfere ao Conselho Federal de Administração a quota-parte de 20% (Transferências Correntes), de acordo com o disposto na Lei nº 4769, de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, artigo nº 32 e Resolução Normativa CFA nº 151/94, artigo 2º § 1º.

**Quadro representativo da partilha da receita**

<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO</b>
Outras Contribuições Sociais – anuidades (20%)
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>
Renda e emolumentos com inscrição (20%)
Renda e Emolumentos com Expedição de Carteiras (20%)
Renda e Emolumentos com Expedição de Certidões (20%)
Rendas de Outros Serviços Prestados (20%)
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>
Multas, Juros de mora e Atualização Monetária (20%)
Receitas da Dívida Ativa (20%)

#### 4.2 Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira:

##### a) Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital:

TÍTULOS	2013	2014	Variações	
			Para mais	Para menos
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.859.232,37</b>	<b>19.230.692,87</b>	<b>3.340.287,16</b>	<b>968.826,66</b>
<b>DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>13.006.221,83</b>	<b>15.031.788,98</b>	<b>2.994.393,81</b>	<b>968.826,66</b>
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>7.402.858,00</b>	<b>9.788.345,10</b>	<b>2.385.487,10</b>	
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.335.964,91	5.680.752,91	1.344.788,00	
Obrigações Patronais	1.266.069,73	1.660.470,04	394.400,31	
Diárias	31.232,50	45.046,80	13.814,30	
Outras Despesas Variáveis Pessoa Civil	1.397.969,74	1.945.869,97	547.900,23	
Estagiários	371.621,12	456.205,38	84.584,26	
<b>Material de Consumo</b>	<b>260.303,18</b>	<b>280.269,53</b>	<b>19.966,35</b>	
<b>Passagem Aérea e Terrestre/Desloc. Locomoção</b>	<b>247.558,05</b>	<b>313.464,54</b>	<b>65.906,49</b>	
<b>Serviços de Consultoria</b>	<b>928.095,50</b>	<b>25.886,76</b>		<b>902.208,74</b>
Assessoria e Consultoria Administrativa	928.095,50	25.886,76		902.208,74
<b>Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física</b>	<b>363.740,73</b>	<b>297.340,66</b>		<b>66.400,07</b>
<b>Outros Serviços e Encargos</b>	<b>3.803.448,52</b>	<b>4.316.481,39</b>	<b>523.033,87</b>	
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.803.448,52	4.326.482,39	523.033,87	
<b>Diversas Despesas de Custeio</b>	<b>217,85</b>	<b>0,00</b>		<b>217,85</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>3.853.010,54</b>	<b>4.198.903,89</b>	<b>345.893,35</b>	
Transferências Operacionais (Quota-Parte)	3.853.010,54	4.198.903,89	345.893,35	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>287.933,82</b>	<b>691.788,75</b>	<b>403.854,93</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>287.933,82</b>	<b>691.788,75</b>	<b>403.854,93</b>	
Obras e Instalações	0,00	288.737,00	288.737,00	
Equipamentos e Material Permanente	287.933,82	403.051,75	115.117,93	
<b>TOTAL</b>	<b>17.147.166,19</b>	<b>19.922.481,62</b>	<b>2.775.315,43</b>	

- Nota: a variação apresentada na conta de Assessoria e Consultoria Jurídica e Administrativa refere-se principalmente ao termo de “Convênio de Cooperação Técnica” firmado com o Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS, visando desenvolver no Sistema CFA/CRA o Processo de Certificação dos Profissionais de Administração. As despesas com o Programa são de responsabilidade do CFA, conforme termo de convênio firmado, portanto os gastos ocorridos no exercício de 2013 foram reembolsados.

**b) Programação Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital**

Conta	Dotação inicial	Suplementação	Redução	Dotação Atual
<b>Contas de Despesa</b>				
<b>3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.036.000,00</b>	<b>1.732.077,45</b>	<b>878.077,45</b>	<b>22.890.000,00</b>
<b>3.1.00.00 - DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>17.951.000,00</b>	<b>1.612.077,45</b>	<b>878.077,45</b>	<b>18.685.000,00</b>
3.1.10.00 - DESPESAS PESSOAL	10.035.000,00	889.001,00	295.001,00	10.629.000,00
3.1.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	5.845.000,00	286.000,00	71.001,00	6.059.999,00
3.1.13.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	1.783.000,00	18.000,00	0,00	1.801.000,00
3.1.14.00 - DIÁRIAS	65.000,00	0,00	0,00	65.000,00
3.1.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P. CIVIL	1.965.000,00	420.001,00	209.000,00	2.176.001,00
3.1.17.00 - ESTAGIARIOS	377.000,00	165.000,00	15.000,00	527.000,00
3.1.20.00 - MATERIAL DE CONSUMO	776.000,00	11.000,00	11.000,00	776.000,00
3.1.33.00 - PASSAG.AÉREAS E TERREST.DESP.C/LOCOMOÇÃO	294.000,00	329.000,00	279.000,00	344.000,00
3.1.35.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	333.000,00	0,00	0,00	333.000,00
3.1.35.01 - ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA E ADMINIS	333.000,00	0,00	0,00	333.000,00
3.1.36.00 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS P.FÍSICA	498.000,00	0,00	0,00	498.000,00
3.1.39.00 - OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	6.010.000,00	383.076,45	293.076,45	6.100.000,00
3.1.39.02 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.010.000,00	383.076,45	293.076,45	6.100.000,00
3.1.90.00 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.01 - DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.2.00.00 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.085.000,00	120.000,00	0,00	4.205.000,00
3.2.11.00 - TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	4.085.000,00	120.000,00	0,00	4.205.000,00
<b>4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.284.000,00</b>	<b>357.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>1.576.000,00</b>
<b>4.1.00.00 - INVESTIMENTOS</b>	<b>1.284.000,00</b>	<b>357.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>1.576.000,00</b>
4.1.10.00 - OBRAS E INSTALACOES	976.000,00	0,00	0,00	976.000,00
4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	308.000,00	357.000,00	65.000,00	600.000,00
<b>Total Despesas</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>2.089.077,45</b>	<b>943.077,45</b>	<b>24.466.000,00</b>

**c) Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:**

**EXERCÍCIO DE 2014**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:		PREGÃO	ATA DE REG. DE PREÇOS	CONVITE	DISPENSA	CRENCIA MENTO	LEGISLAÇÃO NÃO APLICÁVEL	TOTAL
ELEMENTOS DE DESPESAS	NATUREZA: DESP. DE CUSTEIO	R\$ 3.533.516,28	R\$ -	R\$ 4.759,90	R\$ 885.477,30	R\$ 54.782,40	R\$ 10.553.253,10	R\$ 15.031.788,98
	Despesas de Pessoal	R\$ 1.031.037,47			R\$ 23.466,43		R\$ 8.733.841,20	R\$ 9.788.345,10
	Material de Consumo	R\$ 218.939,19		R\$ 4.759,90	R\$ 56.570,44			R\$ 280.269,53
	Passag. Aéreas e Terrestres de Desloc.	R\$ 25.383,09					R\$ 288.081,45	R\$ 313.464,54
	Serviços de Consultoria	R\$ 25.886,76						R\$ 25.886,76
	Outros Serv. Terceiros Pessoa Física				R\$ 142.081,37		R\$ 155.259,29	R\$ 297.340,66
	Outros Serviços e Encargos	R\$ 2.232.269,77			R\$ 663.359,06	R\$ 54.782,40	R\$ 1.376.071,16	R\$ 4.326.482,39
	NATUREZA: TRANSF. CORRENTES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.198.903,89	R\$ 4.198.903,89
	Transferências Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.198.903,89	R\$ 4.198.903,89
	NATUREZA: INVESTIMENTOS	R\$ 541.593,33	R\$ -	R\$ -	R\$ 150.195,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 691.788,75
	Obras e Instalações, Equipamentos e Materiais Permanente	R\$ 541.593,33			R\$ 150.195,42			R\$ 691.788,75
	<b>TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>R\$ 4.075.109,61</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 4.759,90</b>	<b>R\$ 1.035.672,72</b>	<b>R\$ 54.782,40</b>	<b>R\$ 14.752.156,99</b>	<b>R\$ 19.922.481,62</b>

**EXERCÍCIO DE 2013**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:		PREGÃO	ATA DE REG. DE PREÇOS	CONVITE	DISPENSA	CREDENCIAMENTO	LEGISLAÇÃO NÃO APLICÁVEL	TOTAL
ELEMENTOS DE DESPESAS	NATUREZA: DESP. DE CUSTEIO	R\$ 2.343.143,09	R\$ 2.750,00	R\$ 29.487,46	R\$ 2.518.658,04	R\$ 55.125,90	R\$ 8.057.057,34	R\$ 13.006.221,83
	Despesas de Pessoal	R\$ 108.142,06	R\$ -	R\$ -	R\$ 643.989,34	R\$ -	R\$ 6.650.726,60	R\$ 7.402.858,00
	Material de Consumo	R\$ 220.734,59	R\$ 2.750,00	R\$ 5.584,44	R\$ 31.234,15	R\$ -		R\$ 260.303,18
	Passag. Aéreas e Terrestres de Desloc.	R\$ 13.570,98	R\$ -	R\$ -		R\$ -	R\$ 233.987,07	R\$ 247.558,05
	Serviços de Consultoria	R\$ 25.450,00	R\$ -		R\$ 896.610,00	R\$ 6.035,50		R\$ 928.095,50
	Outros Serv.Terceiros Pessoa Fisica		R\$ -	R\$ -	R\$ 144.971,13	R\$ -	R\$ 218.769,60	R\$ 363.740,73
	Outros Serviços e Encargos	R\$ 1.975.245,46	R\$ -	R\$ 23.903,02	R\$ 801.853,42	R\$ 49.090,40	R\$ 953.574,07	R\$ 3.803.666,37
	NATUREZA: TRANSF. CORRENTES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.853.010,54	R\$ 3.853.010,54
	Transferências Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.853.010,54	R\$ 3.853.010,54
	NATUREZA: INVESTIMENTOS	R\$ 266.291,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.642,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 287.933,82
	Equipamentos e Materiais Permanente	R\$ 266.291,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.642,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 287.933,82
	<b>TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>R\$ 2.609.434,29</b>	<b>R\$ 2.750,00</b>	<b>R\$ 29.487,46</b>	<b>R\$ 2.540.300,66</b>	<b>R\$ 55.125,90</b>	<b>R\$ 11.910.067,88</b>	<b>R\$ 17.147.166,19</b>

**4.3 Informações sobre as transferências de recursos realizadas no exercício de referência:**

- a) Em cumprimento ao estabelecido no Art. 2º, § 1º da Resolução Normativa CFA nº 151/94, o Conselho Regional de Administração de São Paulo, no exercício de 2014 transferiu ao Conselho Federal de Administração o montante de **R\$ 4.198.903,89**, a título de quota-parte, correspondente a 20% das receitas informadas no subitem 4.1c – Forma de partilha da receita.

**5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

**5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade:**

**a) Força de Trabalho:**

TIPOLOGIAS DO CARGO	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargo Efetivo				
1.1 Empregados Efetivos	não há			
1.1.1 Auxiliar (curso fundamental/médio)		1		
1.1.2 Assistente (curso médio)		30	1	3
1.1.3 Analista (curso superior)		46	5	3
1.2 Menor Aprendiz - Contrato por tempo determinado	não há	1		1
2. Cargos em Comissão	não há	6	2	2
3. Totais (1+2)		84	8	9

**b) Processo de ingresso de funcionários na entidade:**

Os empregados efetivos contratados durante o exercício de 2014 foram admitidos por meio do Concurso Público nº 01/2011 realizado por este Conselho. Os empregados em Cargos em Comissão foram admitidos através de deliberação da Presidência formalizada através de Ato Administrativo (Resolução). Ambos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**c) Quantidade de funcionários por faixa etária**

TIPOLOGIAS DO CARGO	Quantidade de funcionários por faixa etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregados em Cargo Efetivo					
1.1 Empregados Efetivos					
1.1.1 Auxiliar				1	
1.1.2 Assistente	11	10	5	3	1
1.1.3 Analista	5	18	14	5	4
1.2 Menor Aprendiz - Contrato por tempo determinado	1				
2. Empregados sem vínculo com a Administração Pública					
2.1 Grupo de Direção e Assessoramento					
2.1.1 Assessor	1	2	1	2	
4. Totais (1+2)	18	30	20	11	5

**d) Quantidade funcionários por nível de escolaridade:**

TIPOLOGIAS DO CARGO	Quantidade de funcionários por nível de escolaridade						
	1	2	3	4	5	6	7
1. Empregados em Cargo Efetivo							
1.1 Empregados Efetivos							
1.1.1 Auxiliar			1				
1.1.2 Assistente			1		20	7	2
1.1.3 Analista				1	1	35	9
1.2 Menor Aprendiz - Contrato por tempo determinado				1			
2. Empregados sem vínculo com a Administração Pública							
2.1 Grupo de Direção e Assessoramento							
2.1.1 Assessor						4	2
4. Totais (1+2)	0	0	2	2	21	46	13

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Pós Graduação.

**e) Informações Específicas sobre Concessões Remuneratórias**

- No exercício foi concedido reajuste anual de 5,8149% de acordo com a variação do INPC de maio de 2013 a abril de 2014, a todos os empregados, em razão da instituição não participar de acordo coletivo de trabalho.

- Foi concedida aos empregados bonificação de 44,5% sobre o salário individual, por conta do atingimento parcial do Plano de Metas Corporativas, definido na Resolução Normativa CRA-SP nº 131/2013.

- Progressão Salarial – visando a promover uma política salarial compatível com o mercado, considerando o desempenho individual de cada empregado, de forma individualizada e igualitária, os novos empregados admitidos que obtiverem avaliações positivas nos períodos de 90 (noventa) dias e 1 (um) ano poderão receber reajustes entre 8% e 22% de acordo com tabela pré-estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – Resolução Normativa CRA-SP nº 145/2013.

- Avaliação Anual de Desempenho – Os empregados avaliados positivamente poderão receber reajustes salariais de 8% a 24%, considerando a disponibilidade orçamentária e os critérios pré-estabelecidos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – Resolução Normativa CRA-SP nº 145/2013.

**5.2 Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012:**

5.2.1 No exercício de 2014, o Conselho iniciou e terminou o levantamento dos contratos, ativos e inativos, onde se operaram a desoneração.

Diante disso, no exercício de 2015 o Conselho tem como ação principal iniciar a adoção das medidas necessárias para que se proceda ao ressarcimento dos valores eventualmente pagos a maior por conta dos contratos não terem sido desonerados.

Segue abaixo, a lista contendo os contratos que poderão sofrer desoneração em consequência serão alvo de efetivas medidas para que ocorra a devolução de valores pagos a maior:

NOME	CNPJ	CONTRATO	VIGÊNCIA		OBJETO SUCINTO	VALOR R\$	INICIO DA DESEONERAÇÃO
3CORP TECHNOLOGY S/A INFRAESTRUTURA DE TELECOM	04.238.297/0001-89	CT/0036/2010	26/10/2010	26/07/2015	Implantação de Sistema de Telefonia, incluindo Locação, Instalação e Manutenção do Equipamentos.	174.323,42	01/12/2011
DNA TECNOLOGIA LTDA - EPP	73.254.070/0001-40	CT/0048/2010	01/10/2010	30/04/2012	Desenvolvimento de sistemas, portais e sites para a execução do projeto de Reestruturação do Web Site	91.000,00	01/12/2011
GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A.	03.420.926.0001-24	CT/0062/2011	01/12/2011	30/11/2015	Prestação de serviço de fornecimento de conexão dedicada à Internet full-duplex na velocidade 10Mbps	127.109,52	01/12/2011
AMC INFORMATICA LTDA	62.541.735/0001-80	CT/0026/2011	13/05/2011	12/05/2016	fornecimento de solução de impressão - cópia, scanner e fax	451.761,44	01/12/2011
ALLIN MEDIA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	08.473.912/0001-92	CT/0001/2010	04/01/2010	03/01/2014	Fornecimento de ferramentas Web para o Planejamento e Execução de campanhas de comunicação	92.322,66	01/12/2011
LEANDRO ALBANO BORBA GADDO	01.068.730/0001-97	CT/0006/2010	08/01/2010	07/01/2013	Prestação de serviços técnicos especializados de informática nas áreas de infra-estrutura computacional e desenvolvimento de sistemas	983.626,98	01/12/2011
IMPLANTA INFORMATICA LTDA	37.994.043/0001-40	CT/0055/2010	01/10/2010	13/07/2012	Prestação de Serviços de Manutenção e Suporte Técnico para os sistemas: CCCUSTO, SISPAT, SIALM, SICCL, SIPRO, SISCONT, SICFF, SISCAF, SISDOC, Controle de Processos e Controle de Fiscalização.	287.856,96	01/12/2011
MXM SISTEMAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA AS	39.847.728/0001-95	CT/0047/2011	08/08/2011	28/02/2015	Fornecimento de Software incluindo licenciamento, de uso de sistemas integrados com os respectivos serviços de instalação, consultoria de implantação, customização, treinamento, integração com sistemas já existentes, migração de dados e manutenção.	68.447,12	01/12/2011
PLURAL EDITORA E GRÁFICA LTDA.	01.306.088/0001-37	CT/0012/2009	04/09/2009	03/05/2014	Serviços de impressão da revista Administrador Profissional	2.426.778,00	01/01/2014

Nestes termos, o Conselho demonstra ter dado efetividade na busca de desonerar seus contratos ativos e de ser ressarcido nos já findados, nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012.

## **6. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **6.2 Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento**

As recomendações feitas pelo órgão de controle interno foram devidamente atendidas.

## **7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **7.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

O Conselho Regional de Administração de São Paulo no exercício de 2014 adotou na íntegra os critérios estabelecidos na NBC T 16.9, quanto à forma e procedimentos para o registro contábil da depreciação e amortização dos seus bens.

## 7.2 Demonstrações Contábeis:

### a) Balanço Patrimonial Comparado dos exercícios de 2013 e 2014:

Ativo	Dez / 2013	Dez / 2014	Varição	Passivo	Dez / 2013	Dez / 2014	Varição
ATIVO FINANCEIRO	21.327.583,42	24.064.310,65	2.726.747,23+	PASSIVO FINANCEIRO	4.481.888,24	2.732.285,09	1.749.621,15 -
DISPONIVEL	21.037.357,00	23.718.143,12	2.680.786,12+	DIVIDA FLUTUANTE	4.481.888,24	2.732.285,09	1.749.621,15 -
CAIXA	0,00	0,00	0,00	FORNECEDORES	0,00	0,00	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	20.492,57	36.536,75	16.044,18+	RESTOS A PAGAR	3.977.968,82	1.370.943,01	2.607.013,81 -
BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	172.749,14	174.346,29	1.597,15+
BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS	21.018.864,43	23.681.808,37	2.664.741,94+	INSS	63.299,95	38.471,57	24.828,38 -
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	0,00	0,00	0,00	RECEITA FEDERAL	78.181,48	104.844,35	26.662,87+
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	0,00	0,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES	0,00	0,00	0,00	PLANOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00
REALIZAVEL	290.206,42	336.167,53	45.961,11+	MENSALIDADES E PRESTAÇÕES	29.481,80	30.639,16	1.177,36+
OUTROS DIREITOS	197.951,09	289.351,77	91.400,68+	ISS - IMPOSTO S/SERVIÇOS	1.485,46	0,00	1.485,46 -
VALORES EM CUSTÓDIA	0,00	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO E MENSALIDADE SINDICAL	340,45	391,21	50,76+
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	0,00	0,00	OUTRAS CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	0,00
INSS	0,00	0,00	0,00	INSS PATRONAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA FEDERAL	0,00	0,00	0,00	FGTS	0,00	0,00	0,00
DÉBITOS DE FUNCIONÁRIOS	92.255,33	46.815,76	45.439,57 -	PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	0,00	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	131.360,86	180.125,21	48.764,35+
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	111.833,74	111.833,74+
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	OUTROS CREDORES	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES SOCIAIS PATRONAL A RECOLHER	131.360,86	68.291,47	63.069,39 -
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	1.868,53	1.362,37	506,16 -
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	PROVISÕES	0,00	716.136,44	716.136,44+
				Provisão de Férias	0,00	873.135,44	873.135,44+
				Provisão de 13º Salário	0,00	0,00	0,00
				Provisão de Prêmio	0,00	0,00	0,00
				Provisão de Sentenças Judiciais / Indenizações	0,00	43.001,00	43.001,00+
				DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00
				COBRANÇA DE ANUIDADES E SERVIÇOS	197.951,09	289.351,77	91.400,68+
				ANUIDADES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00
				ANUIDADE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
				RECEITAS A CLASSIFICAR	197.951,09	289.351,77	91.400,68+
				RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00
				DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00	0,00
				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	66.070.965,74	66.399.619,13	328.653,39+	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
BENS PATRIMONIAIS	62.401.165,29	62.580.967,40	179.802,11+	DIVIDA FUNDADA	0,00	0,00	0,00
BENS MOVEIS	2.811.807,81	2.997.189,95	385.382,34+	DIVIDA FUNDADA INTERNA	0,00	0,00	0,00
BENS IMOVEIS	61.130.000,00	61.418.737,00	288.737,00+	DIVERSOS	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS	6.800.000,00	7.088.737,00	288.737,00+	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00
TERRENOS	54.330.000,00	54.330.000,00	0,00				
BENS INTANGÍVEIS	45.002,00	45.002,00	0,00				
DEPRECIACOES / AMORTIZACOES - Acumulada (-)	1.385.644,32C	1.879.961,56C	494.317,23 -				
BENS MOVEIS - Depreciação	1.344.532,69C	1.717.359,52C	372.826,83 -				
BENS IMOVEIS - Depreciação	28.685,00C	143.425,04C	114.740,04 -				
BENS INTANGÍVEIS - Amortização	12.426,83C	19.176,99C	6.750,36 -				
CREDITOS	3.669.800,45	3.818.651,73	148.851,28+				
DIVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA	28.108.172,00	29.968.893,71	1.860.721,71+				
OUTROS CREDITOS	0,00	0,00	0,00				
PARCELAMENTOS	197.951,09	0,00	197.951,09 -				
DIVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA	2.818.158,85	3.826.484,40	1.208.325,75+				
PROVISAO PARA AJUSTE DA DIVIDA ATIVA	27.252.481,29C	29.974.726,38C	2.722.245,09 -				
VALORES	0,00	0,00	0,00				
TITULOS DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00				
ALMOXARIFADO	0,00	0,00	0,00				
SOMA DO ATIVO REAL	87.398.529,16	90.453.929,78	3.055.400,62+	SOMA DO PASSIVO REAL	4.481.888,24	2.732.285,09	1.749.621,15 -
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)				PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	82.916.642,92	87.721.664,69	4.805.021,77 +
<b>Total:</b>	<b>87.398.529,16</b>	<b>90.453.929,78</b>	<b>3.055.400,62+</b>	<b>Total:</b>	<b>87.398.529,16</b>	<b>90.453.929,78</b>	<b>3.055.400,62+</b>

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2014

Fonte: Siscontw v. 2.0.56.00 – período de 31/12/2013 e 31/12/2014

## b) Demonstração das Variações Patrimoniais:

### Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25.091.814,67	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19.922.481,62
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.398.850,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	19.922.481,62
RECEITAS CORRENTES	24.398.850,00	DESPESAS CORRENTES	19.230.692,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.212.251,25	DESPESAS DE CUSTEIO	15.031.788,98
RECEITA PATRIMONIAL	2.884.452,41	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.198.903,89
RECEITAS DE SERVIÇOS	863.363,95	DESPESAS DE CAPITAL	691.788,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	INVESTIMENTOS	691.788,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.438.782,39	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
Mutações Patrimoniais	692.964,67	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	404.227,67	Cobrança da Dívida Ativa	0,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Móveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
Resgate de Empréstimos Tomados	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Reformas em Imóveis e Instalações	288.737,00	Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00
Diversos	0,00	Almoxnado	0,00
		Outros Valores	0,00
		Parcelamentos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25.742.054,26	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26.106.365,54
Inscrição da Dívida Ativa	14.193.661,57	Cancelamento da Dívida Ativa	11.124.614,11
Inscrição de Outros Créditos	2.022.372,32	Encampação de Dívidas Passivas	0,00
Incorporação de Bens	4.454,47	Restabelecimentos de Dívidas Passivas	0,00
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	Diversas	14.269.462,79
Valorização de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens	23.299,80
Administração Indireta	0,00	Depreciações / Amortizações	515.988,84
Outros Valores	9.499.894,29	Desvalorização de Bens Imóveis	0,00
Reversão da Depreciação Acumulada	21.671,61	Desvalorização de Bens Móveis	0,00
Valorização de Bens Móveis	0,00	Provisões Passivas	173.000,00
Total das Variações Ativas	50.833.868,93	Total das Variações Passivas	46.028.847,16
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	-	- Superávit do Exercício	4.805.021,77
<b>Total:</b>	<b>50.833.868,93</b>	<b>Total:</b>	<b>50.833.868,93</b>

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2014

Fonte: Siscontw v.2.0.56.00 – período de jan/2014 a dez/2014

## c) Balanço Orçamentário:

### Balanço Orçamentário 2014

Contas	Previsão	Execução	Diferença Contas	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITAS CORRENTES	24.488.000,00	24.398.850,00	(89.150,00)	DESPESAS CORRENTES	22.890.000,00	19.230.692,87	(3.659.307,13)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.235.000,00	18.212.251,25	(22.748,75)	DESPESAS DE CUSTEIO	18.885.000,00	15.031.788,98	(3.853.211,02)
RECEITA PATRIMONIAL	2.909.000,00	2.884.452,41	(24.547,59)	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.205.000,00	4.198.903,89	(6.096,11)
RECEITAS DE SERVIÇOS	875.000,00	863.363,95	(11.636,05)				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.447.000,00	2.438.782,39	(8.217,61)				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.576.000,00	691.788,75	(884.211,25)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	1.576.000,00	691.788,75	(884.211,25)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	24.488.000,00	24.398.850,00	(89.150,00)	SUBTOTALS	24.488.000,00	19.922.481,62	(4.543.518,38)
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	0,00	4.476.368,38	4.476.368,38
TOTALS	24.488.000,00	24.398.850,00	(89.150,00)	TOTALS	24.488.000,00	24.398.850,00	(89.150,00)

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2014

Fonte: Siscontw v.2.0.56.00 – período de jan/2014 a dez/2014

## d) Balanço Financeiro:

### Balanço Financeiro

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.398.850,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	19.922.481,62
RECEITAS CORRENTES	24.398.850,00	DESPESAS CORRENTES	19.230.692,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.212.251,25	DESPESAS DE CUSTEIO	15.031.788,98
RECEITA PATRIMONIAL	2.884.452,41	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.198.903,89
RECEITAS DE SERVIÇOS	863.363,95	DESPESAS DE CAPITAL	691.788,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	INVESTIMENTOS	691.788,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.438.782,39	INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
OPERACIONES DE CREDITO	0,00		
ALIENACAO DE BENS	0,00		
AMORTIZ. DE EMPRESTIMOS	0,00		
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	46.972.424,05	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	48.768.006,31
OUTROS DIREITOS	1.930.971,64	OUTROS DIREITOS	2.022.372,32
VALORES EM CUSTÓDIA	0,00	VALORES EM CUSTÓDIA	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	8.300,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	8.300,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00
DÉBITOS DE FUNCIONÁRIOS	2.218.748,42	DÉBITOS DE FUNCIONÁRIOS	2.173.308,85
DEVEDORES DA ENTIDADE	25.179,18	DEVEDORES DA ENTIDADE	25.179,18
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	0,00	ANUIDADES DO EXERCÍCIO	0,00
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	DESPESAS JUDICIAIS	0,00
FORNECEDORES	5.091.594,88	FORNECEDORES	5.091.594,88
RESTOS A PAGAR	924.118,59	RESTOS A PAGAR	3.531.132,20
CONSIGNAÇÕES	2.961.165,84	CONSIGNAÇÕES	2.959.568,69
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	0,00	OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	4.619.265,59	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	4.570.501,24
CREDORES DA ENTIDADE	19.572.403,60	CREDORES DA ENTIDADE	19.572.909,76
PROVISÕES	893.298,17	PROVISÕES	177.161,73
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
COBRANÇA DE ANUIDADES E SERVIÇOS	2.022.372,32	COBRANÇA DE ANUIDADES E SERVIÇOS	1.930.971,64
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	6.705.005,82	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	6.705.005,82
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	21.037.357,00	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	23.718.143,12
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	20.492,57	BANCOS-C/MOVIMENTO	36.536,75
BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00	BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00
BANCOS C/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	21.016.864,43	BANCOS C/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.681.606,37
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	0,00
<b>Total:</b>	<b>92.408.631,05</b>	<b>Total:</b>	<b>92.408.631,05</b>

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2014

Fonte: Siscontw v.2.0.56.00 – período de jan/2014 a dez/2014

## e) Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 1 – Constituição, objetivo social e contexto operacional

O Conselho Regional de Administração de São Paulo, vinculado ao Conselho Federal de Administração, criado pela Lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica administrativa e financeira, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas.

## **2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 – Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação de direito financeiro (Lei nº 4.320/64) e aos princípios contábeis geralmente aceitos. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) estão sendo aplicadas parcialmente desde 2012.

Em conformidade com portaria STN nº 753/2012, a adoção completa das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público se dará no exercício de 2015.

### **2.2 – Balanço patrimonial**

#### **2.2.1 – Ativo Financeiro**

##### **a) Disponibilidades**

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e estão demonstradas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial, na modalidade de Renda Fixa junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil.

##### **b) Outros Direitos**

Os valores contabilizados neste grupo são originados por recebimentos de anuidades, pagas com cartões de créditos e débitos, cujo crédito ocorrerá em tempo futuro.

##### **c) Débitos de Funcionários**

Os valores constantes deste grupo refere-se à adiantamento de férias concedidos aos funcionários do CRA-SP.

#### **2.2.2 – Ativo Permanente**

##### **a) Bens Imóveis**

Os valores dos bens imóveis do CRA-SP estão demonstrados ao custo de aquisição acrescidos da reavaliação conforme laudo elaborado pela empresa 2H Consultoria e Avaliações Ltda., ocorrido no exercício de 2013, em conformidade com a NBC T 16.10.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
- Prédios	7.088.737,00	6.800.000,00
- Terrenos	54.330.000,00	54.330.000,00
	-----	-----
	<b>61.418.737,00</b>	<b>61.130.000,00</b>

##### **b) Bens Móveis e Bens Intangíveis**

Os bens móveis e os intangíveis estão escriturados pelos valores originais de aquisição. Os bens cujos valores originais foram consumidos em consequência das mudanças nos padrões

monetários, bem como os bens adquiridos até o exercício de 2002, em atendimento à Resolução CFA 428/2012, estão registrados com valor residual de R\$ 1,00.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
- Mobiliário em Geral	710.255,52	710.611,98
- Veículos	139.500,00	139.500,00
- Máquinas, Motores e Aparelhos	533.369,15	518.571,61
- Outros Bens Móveis	37.458,96	39.818,58
- Equipamentos de Informática	953.661,61	844.642,52
- Software	471.609,80	207.328,01
- Instalações	151.334,91	151.334,91
<b>Bens Intangíveis</b>		
- Marcas e Patentes	45.002,00	45.002,00
	-----	-----
	<b>3.042.191,45</b>	<b>2.656.809,61</b>

### c) Depreciações

#### 1 - Bens Imóveis

A partir do mês de setembro de 2013 iniciamos a depreciação dos imóveis de nossa propriedade, amparados pelo laudo técnico emitido pela empresa 2H Consultoria e Avaliações Ltda. que individualizou cada prédio de propriedade do CRA-SP, estabelecendo o valor da construção, o valor residual projetado, a idade aparente da construção, a idade referencial de duração, a vida útil remanescente e a taxa de depreciação.

<b>Depreciação bens imóveis - saldos acumulados</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
- Prédios	143.425,04	28.685,00

#### 2 – Bens Móveis

Em conformidade com a Resolução CFA 428/2012, em 31/12/2012 promovemos um ajuste de depreciação para adequação patrimonial. A partir de janeiro de 2013 a depreciação foi constituída sobre todas as contas suscetíveis de aplicação. Os critérios para a fixação das taxas de depreciações anuais foram fixadas na Resolução CFA 428/12, quais sejam: Imobiliário em geral e Instalações 10%; Máquinas Motores e Aparelhos 20%; Bens de Informática 20%, Veículos 20%; Sistema de Informática (software) 50%.

<b>Depreciação bens móveis – Saldos acumulados</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
- Mobiliário em Geral	468.454,76	423.947,50
- Veículos	89.160,00	61.260,00
- Máquinas, Motores e Aparelhos	382.018,40	311.545,72
- Outros Bens Móveis	20.238,30	19.629,91
- Equipamentos de Informática	449.460,50	286.821,52
- Software	205.309,56	153.743,70
- Instalações	102.718,00	87.584,34
<b>Total</b>	<b>1.717.359,52</b>	<b>1.344.532,69</b>

### **3 – Intangíveis (amortização)**

A taxa fixada para as amortizações de 10% está em conformidade com a Resolução CFA 428/12.

<b>Amortizações – Saldos acumulados</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
- Marcas e Patentes	19.176,99	12.426,63

#### **d) Créditos**

##### **1 – Dívida Ativa**

A dívida ativa esta constituída de créditos de anuidades vencidos e não liquidados até 31/12/2014. Os valores formalmente registrados, não negociados, estão atualizados até 31/12/2014. Compõe também a dívida ativa Autos de Infração, registrados pelos valores de emissão, cujos vencimentos ocorreram até 31/12/2012.

##### **2 – Provisão para ajuste da dívida ativa a valores recuperáveis**

Em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 5ª edição, item 03.05.13, foi constituída a provisão para redução da dívida ativa a valores recuperáveis, que representam 88,7% dos valores inscritos. O percentual foi estabelecido através de estudos e levantamentos internos.

#### **2.2.3 – Passivo financeiro**

##### **a) Restos a pagar**

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até 31 de dezembro, totalizando R\$ 1.370.943,01.

<b>b) Encargos Sociais e Impostos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social	150.305,31	135.804,79
Receita Federal	104.844,35	78.181,48
ISS a Recolher	0,00	1.465,46
FGTS	59.018,74	50.957,20
PIS	9.272,73	7.898,82
<b>c) Outras Consignações e Créditos</b>	<b>32.392,74</b>	<b>29.742,80</b>

**d) Provisão de Férias**

Provisão de Férias foi constituída com base nos períodos aquisitivos de acordo com a proporcionalidade de cada funcionário do CRA-SP em 31/12/2014, acrescidas dos respectivos encargos sociais perfazendo o total de R\$ 673.135,44.

**e) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis**

O Conselho Regional de Administração de São Paulo é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso de suas atividades. Na constituição das provisões judiciais, o Conselho leva em conta o posicionamento da sua assessoria jurídica.

A provisão foi constituída com base na expectativa do desfecho dos processos judiciais de natureza trabalhista e cível, impetrados até 31 de dezembro de 2014 em montante julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

- Processos Trabalhistas R\$ 7.000,00
- Processos Cíveis R\$ 36.001,00

**f) Receitas a Classificar**

São valores provenientes de negociações de recebimento de anuidades, pagas através de cartões de débitos e créditos, cujos créditos ocorrerão em datas futuras, no montante de R\$ 289.351,77.

**2.2.4 – Resultado patrimonial**

O resultado patrimonial do exercício no valor de R\$ 4.805.021,77, foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, atendendo às normas contábeis em vigor.

**2.2.5 – Nota – Riscos em processos cíveis**

Informações fornecidas pela Assessoria Jurídicas relata a existência de outros processos cíveis com probabilidade de êxito das ações não mensurável com suficiente segurança, o que não nos possibilitou promover o provisionamento no valor estimado R\$ 198.000,00.

## 7.3 Relatório de Auditoria Independente



---

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Brasília, 02 de abril de 2015.

À  
DD. Diretoria do  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2014 e o respectivo demonstrativo das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do Regional é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Regional para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Regional. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas e Lei nº 4.320/64.

#### **Outros Assuntos**

##### **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO é uma autarquia subordinada à administração federal, sujeita aos normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/dez./14 estão sendo apresentadas com base na Lei nº 4.320/64.

Considerando a Resolução CFC nº 1.268, de 10 de dezembro de 2009, que permitiu às entidades do setor público, sujeitas à legislação estabelecendo prazos distintos para início de adoção das NBC T 16.1 a 16.10, que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observarem esses prazos e, considerando as disposições contidas nas Portarias da STN nºs 634, de 19/nov./13, 700, de 10/dez./14 e 733, de 26/dez./14, o Regional entende estar dispensado da adoção integral das referidas normas para o exercício de 2014.



AudiLink & Cia. Auditores  
CRC 2R5003688/O-2 'T' SP  
Nélson Câmara da Silva  
Contador CRC/R5 023584/O-8 'T' SP

## **8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

**8.1 Medidas adotadas pela entidade com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.**

As instalações do CRA-SP são adaptadas a permitir a acessibilidade a todos os usuários.